



extra

MACEIÓ - ALAGOAS
www.ojornalextra.com.br

27
ANOS

COLUNA SURURU

CANDIDATOS NÃO
EMPOLGAM AS RUAS E
ELEITORES DEMONSTRAM
APATIA GERAL

— — —
LESSA NÃO É CARTA FORA
DO BARALHO DE JHC E
NÃO DEFINE ELEIÇÃO,
MAS PODE ATRAPALHAR

— — —
BOLSONARISTA RAFAEL
TENÓRIO É POTE CHEIO DE
MÁGOAS DO ALIADO
RENAN CALHEIROS **2**

GABRIEL MOUSINHO

MARINA JHC E DAVI
DAVINO NÃO AMEAÇAM
CANDIDATURAS DE
RENAN E LIRA **4**

ANO XXVII - Nº 1381 - 12 A 18 DE SETEMBRO DE 2026 - R\$ 5,00

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

PROFESSOR DA UFAL
EXPLICA COMO EVITAR
GOLPES DIGITAIS **15**

NARA ALMEIDA



UNCISAL

EX-REITOR DEFENDE
PERMANÊNCIA DE ALUNOS
APÓS DECISÃO JUDICIAL **14**

GRUPO JOÃO LYRA

EX-SÍNDICO TERÁ QUE DEVOLVER R\$ 7 MILHÕES À MASSA FALIDA

■ TJ rejeita contas do ex-administrador judicial José Lindoso, que pleiteia crédito de R\$ 84 milhões **12 e 13**

NORDESTE ESQUECIDO

PRESIDENCIÁVEIS PROMETEM VELHAS FÓRMULAS PARA A REGIÃO **6 e 7**

INSTAGRAM

MARECHAL DEODORO

TRF5 ANULA CONDENAÇÃO DE CRISTIANO MATHEUS POR IMPROBIDADE **9**



extra

MACEIÓ - ALAGOAS
www.ojornalextra.com.br



EDITORIA NOVO EXTRA LTDA
CNPJ: 04246456/0001-97

Av. Aspirante Alberto Melo da Costa, 796
Ed. Wall Street Empresarial Center
Sala 26 - Poço - Maceió - AL
CEP: 57.000-580

EDITOR
Fernando Araújo

CONSELHO EDITORIAL
Luiz Carnaúba (presidente),
Mendes de Barros e Maurício Moreira

SERVIÇOS JURÍDICOS
Rodrigo Medeiros

ARTE
Fábio Alberto - 99812-6208

REDAÇÃO - DISK DENÚNCIA
contato@novoextra.com.br

IMPRESSÃO
Grafmarques
preimpressao@grafmarques.com.br

As colunas e artigos assinados
não expressam
necessariamente a
opinião deste jornal

COLUNA SURURU

DA REDAÇÃO

“Jornalismo é oposição. O resto é armazém de secos e molhados” (Millôr Fernandes)

Apatia política

1 - A poucos dias das eleições de 4 de outubro, os candidatos não conseguem empolgar ninguém nas ruas nem no horário eleitoral no rádio e na TV. A apatia política também é captada pelo alto índice de indecisos, o que explica o desinteresse da população na disputa por mandatos.

2 - Em Maceió, maior reduto eleitoral dos candidatos, as atividades de campanha passam em brancas nuvens, como se não houvesse eleição neste ano. Nas ruas, o clima é de total alheamento, e poucos são os automóveis que circulam com adesivos eleitorais, fato incomum no último mês das campanhas eleitorais. Nos bares e restaurantes, ninguém fala em eleição.

3 - Nem a presença de trabalhadores agitando bandeiras de candidatos nas principais avenidas da capital consegue quebrar o clima de indiferença que marca o pleito deste ano. Na falta de uma análise sociológica sobre as causas desse desinteresse, a inteligência artificial nos explica que o fenômeno “decorre da descrença no sistema representativo, do desgaste provocado pela polarização e da percepção de que os debates públicos ignoram os problemas cotidianos da população”.

4 - Para os analistas políticos, os eleitores sentem que os partidos e os políticos tradicionais não respondem às necessidades reais da sociedade. Some-se a isso o fato de as discussões políticas nas redes sociais muitas vezes focarem em debates abstratos, em vez de soluções para o custo de vida, a segurança pública e outros problemas que afligem a população.

5 - Até os embates políticos no rádio e na televisão, que fizeram história no passado, foram esvaziados pelos líderes das pesquisas de intenção de voto. Eles fogem dos debates como o diabo da cruz por temerem cair em alguma armadilha de adversários. Resta ao eleitorado assistir aos bate-bocas de candidatos nanicos que nada têm a oferecer ao distinto público.

Mudanças à vista

As renúncias de Ronaldo Lessa ao posto de segundo suplente de senador de Marina Caldas, de Rafael Tenório ao cargo de primeiro suplente de senador na chapa de Dr. Wanderley e a judicialização da candidatura de Yale Fernandes a vice-governador de Renan Filho podem mudar o tabuleiro eleitoral da disputa majoritária. O prazo para renúncia ou troca de candidatos expira nessa segunda-feira, 14, vinte dias antes das eleições de 4 de outubro. Até lá, os candidatos a governador e senador podem negociar novos arranjos políticos para o fechamento definitivo das chapas majoritárias.

Lessa ainda vive

A poucos dias das eleições, o ex-governador Ronaldo Lessa ainda não é carta fora do baralho eleitoral na chapa de JHC. Ao renunciar à segunda suplência de Marina Caldas, ele almeja ser vice de JHC no lugar de Célia Rocha ou ficar na primeira suplência da ex-primeira-dama, substituindo Eudócia Caldas. Vale lembrar que Lessa pode não definir uma candidatura majoritária, mas certamente pode atrapalhar, e muito, sobretudo numa eleição polarizada a ser decidida na contagem do voto a voto.

Rafael Tenório

Rafael Tenório refugou o posto de primeiro suplente de senador do candidato Dr. Wanderley, que sobrou para ele na chapa do MDB. O empresário sai magoado por não permanecer como primeiro suplente de Renan Calheiros. Além da desconsideração com o mais respeitado médico de Alagoas na área da cardiologia, Rafael Tenório praticamente rompe com os Calheiros ao anunciar seu voto em Flávio Bolsonaro. Só faltou declarar voto a JHC, mas nem precisava.

Do tapetão à sobra de votos

O candidato Nivaldo Albuquerque (PP) ainda não digeriu a perda do mandato federal que tirou de Paulão na base do tapetão. Sua esperança de voltar à Câmara Federal é pela sobra de votos de Alvinho Lira e Fábio Costa, ambos do PP de Arthur Lira.

Farra aérea do Ifal

A farra com diárias e passagens aéreas da cúpula do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) se aproxima de R\$ 400 mil só neste ano. De tanto viajarem, os dirigentes do órgão esqueceram o escândalo do campus de Santana do Ipanema, cujas obras estão paralisadas há 12 anos por erro de projeto, com prejuízo milionário para os cofres públicos. Liderada pelo reitor Carlos Guedes de Lacerda, a farra aérea é integrada pelo vice-reitor Gilberto Gouveia Neto e pelos pró-reitores Maria Cledilma Costa, Eunice Palmeira, Heverton de Andrade e Carolina Duarte. A meta para 2026 é dobrar os gastos com viagens em 2025, que chegaram a R\$ 400 mil.

Propinoduto

O presidente do União Brasil, Antônio Rueda, e seu vice, ACM Neto, teriam recebido 10% de propina para intermediar investimentos de fundos previdenciários no Banco Master dos estados do Rio de Janeiro, Amapá e Amazonas, no total de R\$ 2 bilhões. A informação consta da proposta de delação de Daniel Vorceiro divulgada pelo ministro Alexandre de Moraes. ACM Neto é candidato a governador da Bahia, e Antônio Rueda disputa a Câmara dos Deputados pelo Rio de Janeiro.

Caluniadores

A denúncia de estupro de vulnerável contra Alfredo Gaspar será arquivada pelo STF por falta de provas. A acusação teria sido forjada pelo deputado Lindbergh Farias e pela senadora Soraya Thronike, ambos processados por calúnia e difamação.

Cerco a Xandão

“O Supremo não pode servir de escudo para desvios individuais”.

Celso de Mello - Ministro aposentado do STF.

Supremo vandalizado

“Ao declarar guerra a André Mendonça, Alexandre de Moraes causa mais dano ao STF do que a horda de arruaceiros do 8 de janeiro”.

Editorial do jornal O Estado de S. Paulo.

O poder pelo medo

“O maior perigo para uma democracia não é o homem que quer mandar demais. É o silêncio dos que poderiam impedi-lo”.

Marco Antônio Sabino - Colunista do UOL.

A régua do Supremo

“O STF não pode usar uma régua diferente para seus integrantes. A credibilidade da Justiça depende da ética dos juízes”.

Beto Simonetti - Presidente nacional da OAB.

JUDICIÁRIO NA BERLINDA

TCE pode investigar contrato bilionário do TJAL com o BRB

Decisão depende de parecer do Ministério Público de Contas sobre representação apresentada por advogada

BRUNO FERNANDES
bruno-fs@outlook.com

O Tribunal de Contas de Alagoas (TCE-AL) encaminhou ao Ministério Público de Contas uma representação que questiona o Contrato nº 050/2024, firmado entre o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) e o Banco de Brasília (BRB). O pedido inclui medidas cautelares, mas ainda não houve decisão sobre o mérito ou sobre a adoção dessas providências.

A representação, registrada no processo TC nº 34.016002/2026, foi apresentada pela advogada Adriana Mangabeira Wanderley e aponta supostas irregularidades na contratação e na execução do acordo. O contrato colocou o BRB como responsável pela operação de depósitos judiciais, precatórios e outras receitas vinculadas ao Judiciário alagoano em substituição ao Banco do Brasil.

Entre os pedidos estão a apresentação de documentos e relatórios técnicos, informações sobre a situação financeira do banco, plano de contingência e medidas para evitar eventual ampliação da exposição dos depósitos enquanto o caso é analisado. A relatora, conselheira Rosa Maria Ribeiro de Albuquerque, ainda não decidiu sobre os requerimentos.

Nesta etapa, o Ministério Público de Contas deverá avaliar se a representação reúne os re-



DICOM-TJ

Contrato foi firmado em setembro de 2024 pelo TJAL

quisitos necessários para ser admitida, se o tema está dentro da competência do TCE e se existe fundamento para a cautelar. Depois do parecer, o processo volta ao gabinete da conselheira para deliberação.

O contrato com o BRB foi assinado em setembro de 2024, durante a gestão do desembargador Fernando Tourinho como presidente do TJAL. O próprio Tribunal informou à época que o banco havia vencido licitação para administrar os depósitos judiciais, substituindo o Banco do Brasil nessa função.

Depósitos judiciais não são recursos livres do Tribunal. São valores vinculados a processos e mantidos sob guarda até que a Justiça determine sua destinação. Por isso, a discussão também envolve a segurança de recursos pertencentes às partes de processos judiciais.

Reportagens do EXTRA mostraram que o volume administrado pelo BRB em Alagoas chegou a ser estimado em cerca de R\$ 3 bilhões. Documentos apresenta-

dos depois ao Conselho Nacional de Justiça indicaram saldos de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões em setembro de 2025 e superiores a R\$ 2,2 bilhões em dezembro.

CASO TAMBÉM É ACOMPANHADO PELO CNJ

O contrato já vinha sendo questionado em outras frentes. Em fevereiro, o CNJ cobrou esclarecimentos do TJAL sobre a transferência dos depósitos ao BRB. Em junho, o Tribunal voltou a ser intimado a atualizar informações sobre o volume de recursos mantidos na instituição financeira.

O questionamento ao TCE ocorre no contexto das operações do BRB relacionadas ao Banco Master, cujo dono, Daniel Vercaro, está no centro de um dos maiores escândalos financeiros do país.

O Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Master em novembro de 2025, citando grave crise de liquidez, comprometimento da situação

econômico-financeira e violações às normas do Sistema Financeiro Nacional.

O BRB reconheceu que adquiriu carteiras de crédito do Master e afirmou que essas operações passaram por análises técnicas, contábeis e regulatórias. Em maio, o banco informou que adotava medidas de gestão de liquidez diante dos impactos dessas aquisições, mas negou situação de insolvência ou incapacidade de honrar compromissos.

Em manifestação mais recente, o BRB afirmou que, de R\$ 12,76 bilhões em exposição bruta de carteiras com documentação fora do padrão exigido, mais de R\$ 10 bilhões já haviam sido liquidados ou substituídos e que o restante não representava exposição direta ao Master. O banco reiterou que permanece sólido e em operação.

O TJAL já declarou que monitora a execução dos contratos e que não identificou irregularidade, interrupção ou prejuízo nos serviços prestados pelo BRB. O Tribunal também informou ter pedido ao Banco Central esclarecimentos sobre a instituição e possíveis reflexos da liquidação do Master.

A representação que agora chegou ao TCE não afirma que houve perda de recursos nem conclui que o contrato seja irregular. O que está em análise é se os questionamentos justificam a atuação do órgão de controle e a adoção de medidas preventivas antes do julgamento definitivo.

O EXTRA entrou em contato com o Tribunal de Justiça para questionar se a Corte já foi comunicada oficialmente da representação no TCE, como vê esses questionamentos e se adotou alguma medida de acompanhamento ou contingência em relação aos valores mantidos no BRB, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

GABRIEL MOUSINHO

■ gabrielmousinho@bol.com.br

Eleição
assegurada

O deputado Arthur Lira tem se revelado um bom articulador e um homem de sorte como poucos. Inicialmente desacreditado numa eleição para o Senado, providencialmente viu Alfredo Gaspar sair do seu caminho e, nesta reta final, JHC decidiu, de uma vez por todas, sair candidato ao governo do Estado contra as forças do atraso, como ele tem repetido nas suas andanças por Maceió e pelo interior.

Bem situado nas pesquisas de opinião, Arthur Lira só perde a eleição se houver um grande acidente de percurso, pouco provável neste momento e já pensa, mesmo que mantenha reservas, na eleição da Mesa Diretora do Senado, o que não é impossível.

Cacife

Acreditando até o último minuto que JHC faria parte da coligação para enfrentar o poderio do Estado e dos Calheiros, Lira também teve sorte nessa composição que lhe abriu grandes perspectivas de ser eleito senador liderando em algumas pesquisas de opinião.

A briga

Campanha acelerada, Renan pai e Renan Filho jogam tudo para garantir a eleição, mas estão encontrando dificuldades de superar JHC – pesquisas indicam um empate técnico – enquanto Marina Candia ameaça o segundo lugar na corrida para o Senado.

Nova missão

Pessoas do relacionamento do senador Renan Calheiros admitem que o alvo, agora, não é mais Arthur Lira, que está solto na buraqueira, mas o crescimento constante nas pesquisas da mulher de JHC, no voto de opinião, o que pode dificultar a sua reeleição.

Ofensiva

Nos bastidores políticos tanto da oposição como da situação, a campanha política que entra praticamente na sua reta final vai reservar momentos especiais para o eleito-ado que acompanha o guia e as inserções no rádio e na televisão.

Sem ameaçar

Com três candidatos disputando as duas vagas para o Senado, analistas revelam que Davi Davino, com a entrada de Marina Candia na disputa, não vem a ameaçar nenhum dos dois candidatos. Ou seja, pode, numa análise mais profunda, ajudar concorrentes, a exemplo de Renan Calheiros, que aposta em todas as alternativas.

Aguardado

O candidato a vice-presidente Alfredo Gaspar somente deve entrar pra valer na campanha para o Senado e o governo do Estado na última semana que antecede as eleições, quando deve pedir votos primeiramente para Arthur Lira para o Senado e JHC, se este realmente se decidir publicamente a apoiar Flávio Bolsonaro para presidente.

Importante

Além de fortalecer a candidatura de Fábio Costa na reeleição para deputado federal, Alfredo Gaspar será de muita importância para os seus candidatos majoritários no estado de Alagoas, assim como de alguns candidatos a deputado nas eleições proporcionais.

Caso Master

Os últimos acontecimentos envolvendo Daniel Vercaro e autoridades da República colocaram o país de cabeça pra baixo e isso começa a influir nas candidaturas à Presidência da República, com alguns subindo e outros descendo no conceito popular.

Aumenta a crise

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL



Com a cassação de decisões dos ministros André Mendonça e Flávio Dino, um afastando o diretor-geral da Polícia Federal Andrei Rodrigues e o outro restabelecendo sua volta ao cargo, o clima no Supremo Tribunal Federal virou um inferno.

Data marcada

ALEJANDRO ZAMBRANA-STF



Para afastar a crise e encontrar uma solução para apagar o fogo, o presidente do STF, Edson Fachin, marcou uma reunião no plenário da Corte para o próximo dia 15 às 10 horas, para que seja apreciado relatórios sobre supostas conversas do ministro Alexandre de Moraes e o dono do Banco Master, Daniel Vercaro.

Passando a limpo

Chegou a hora do Supremo Tribunal Federal dar um exemplo à sociedade brasileira, fazendo a Constituição retornar aos trilhos e fazer justiça a todos, indistintamente. Se alguém tem que ser punido, que seja agora, e que a Suprema Corte assegure o tão conturbado estado democrático de direito.

Festa de campanha

Enquanto Brasília pega fogo, os candidatos por aqui fazem a festa, principalmente com músicas ao vivo nos bairros da capital e no interior, o que tem movimentado a economia local de bares, restaurantes e ambulantes.

Voto caro

Por baixo dos panos nessas localidades, especialistas na área, especialmente de cabos eleitorais, dão sequência à formação de cadastros de eleitores, que variam o preço do voto dependendo do número de familiares e da conhecida “casadinha” e que gira em torno de R\$ 200, R\$ 300 e até R\$ 500.

57 entidades do setor produtivo de Alagoas aderem a manifesto nacional pela Justiça



Movimento capitaneado pela Fiesp reúne cerca de 3 mil organizações de todo o país em defesa da transparência, imparcialidade e celeridade da Justiça

Cinquenta e sete entidades representativas do setor produtivo de Alagoas aderiram ao manifesto nacional divulgado na última quarta-feira (9), que reúne cerca de 3 mil organizações de todas as regiões do Brasil. Capitaneado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o movimento cobra transparência, imparcialidade e celeridade do Supremo Tribunal Federal (STF) na análise de episódios recentes envolvendo a Corte.

Em Alagoas, a mobilização reúne as principais federações empresariais do estado – Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA), Federação da Agricultura do Estado de Alagoas (FAEAL), Federação do Comércio do

Estado de Alagoas (Fecomércio), Federação das Associações Comerciais do Estado de Alagoas (Fedralagoas) e Federação dos Clubes de Diretores Lojistas em Alagoas (FCDL) –, além de associações comerciais e empresariais e sindicatos representativos da indústria, do comércio, do turismo e do setor rural.

Entre as entidades de representação nacional que subscrevem o documento estão a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI). No conjunto, as cerca de 3 mil organizações signatárias representam aproxi-

madamente 90% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e geram mais de 40 milhões de empregos.

O documento destaca que o país atravessa uma grave crise institucional cujo epicentro é o próprio tribunal encarregado de guardar a Constituição Federal. A mobilização defende que o Plenário da Corte analise os fatos com urgência e em sessão pública.

Além de reforçar a mensagem de que ninguém está acima da lei, a iniciativa lembra que o Brasil já superou momentos críticos em sua história graças a cidadãos e instituições que não se calam.

CNI

Também na quarta-feira, a CNI divulgou o posicionamento "Não vamos desistir do Brasil", assinado pelo presidente da entidade, Ricardo Alban.

No documento, a CNI manifesta preocupação com os recentes acontecimentos institucionais e defende "bom

senso e responsabilidade na condução do Brasil". A entidade ressalta que a confiança da população nos poderes públicos é um dos alicerces da democracia e sustenta que as discussões sobre os fatos recentes devem ser livres, públicas e transparentes, com ampla oportunidade para os esclarecimentos necessários.

O posicionamento também chama atenção para os impactos que crises políticas, eleitorais e institucionais podem provocar sobre o desenvolvimento econômico. Para a CNI, o país precisa preservar as condições para ampliar a competitividade e a produtividade, atrair investimentos e criar mais e melhores empregos.

Ao final, a CNI convoca os poderes constituídos, empresários e trabalhadores à construção de consensos em torno de temas estratégicos para o país, como metas fiscais e políticas econômicas estruturantes capazes de garantir investimentos e crescimento econômico, com amplo direito à defesa e sem influência político-partidária.

Quem assinou em AL:

Associação Brasileira da Indústria Hoteleira em Alagoas • Associação Brasileira de Bares e Restaurantes em Alagoas • Associação Comercial de Arapiraca • Associação Comercial de Delmiro Gouveia • Associação Comercial de Maceió • Associação Comercial de Marechal Deodoro • Associação Comercial de Porto Calvo • Associação Comercial de Rio Largo • Associação Comercial de Santana do Ipanema • Associação Comercial de São Miguel dos Campos • Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Alagoas • Associação do Comércio Atacadista e Distribuidor do Estado de Alagoas • Associação dos Supermercados de Alagoas • Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Alagoas • Maceió Convention & Visitors Bureau • Sindicato da Indústria da Construção do Estado de Alagoas • Sindicato da Indústria de Engarrafamento de Água Mineral do Estado de Alagoas • Sindicato da Indústria de Panificação, Confeitaria, Bolos, Biscoitos e Massas Alimentícias do Estado de Alagoas • Sindicato da Indústria de Produtos Cerâmicos do Estado de Alagoas • Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas • Sindicato das Indústrias Alimentares de Congelados, Supercongelados, Sorvetes, Sucos e Concentrados, Doces e Conservas do Estado de Alagoas • Sindicato das Indústrias de Beneficiamento de Mármore e Granito do Estado de Alagoas • Sindicato das Indústrias de Cachaça, Cerveja, Bebidas Destiladas e Bebidas Fermentadas do Estado de Alagoas • Sindicato das Indústrias de Calçados e Bolsas do Estado de Alagoas • Sindicato das Indústrias de Energia do Estado de

Alagoas • Sindicato das Indústrias de Extração Mineral do Estado de Alagoas • Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado de Alagoas • Sindicato das Indústrias de Marcenaria, Móveis e Esquadrias do Estado de Alagoas • Sindicato das Indústrias de Plásticos e Tintas do Estado de Alagoas • Sindicato das Indústrias de Produtos de Cimento do Estado de Alagoas • Sindicato das Indústrias do Vestuário, da Confecção de Roupas Íntimas e da Fabricação de Bijuterias e de Joalheria do Estado de Alagoas • Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Alagoas • Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico no Estado de Alagoas • Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Estado de Alagoas • Sindicato do Comércio Varejista de Arapiraca • Sindicato do Comércio Varejista de Palmeira dos Índios • Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado de Alagoas • Sindicato do Comércio Varejista de União dos Palmares • Sindicato dos Hoteis, Bares e Restaurantes de Alagoas • Sindicato dos Produtores Rurais de Coruripe • Sindicato dos Representantes Comerciais e das Empresas de Representação Comercial no Estado de Alagoas • Sindicato Rural de Arapiraca • Sindicato Rural de Atalaia • Sindicato Rural de Junqueiro • Sindicato Rural de Mar Vermelho • Sindicato Rural de Palmeira dos Índios • Sindicato Rural de Penedo • Sindicato Rural de Santana do Ipanema • Sindicato Rural de São Luiz do Quitunde • Sindicato Rural de São Miguel dos Campos • Sindicato Rural de Vicoça • e Sociedade Aliança Comercial de Maceió.

FIEA IEL SESI SENAI

PELA PRIMEIRA VEZ FORA DA ESPANHA, IRON HAND É REALIZADO NO CESMAC E REÚNE ESPECIALISTAS DE SEIS PAÍSES



Pela primeira vez desde sua criação, o Iron Hand foi realizado fora da Espanha. E foi em Maceió, no Centro Universitário Cesmac, que o evento internacional iniciou essa nova etapa. Entre os dias 5 e 7 de setembro, o IV Iron Hand Course – LATAM Edition reuniu especialistas do Brasil, Espanha, Argentina, México, Chile e Noruega em três dias de imersão científica e treinamento avançado em cirurgia protética e reconstrutiva da mão, punho e cotovelo.

A realização do Iron Hand no Cesmac ganhou ainda mais relevância pela complexidade da programação. Diferentemente do formato

tradicional de um congresso médico, o curso integrou discussão científica, avaliação de casos, planejamento cirúrgico e treinamento prático. Entre os temas abordados estiveram estratégias para preservação, reconstrução e substituição das articulações da mão, punho e cotovelo, além de artroplastias e diferentes tipos de implantes. Um dos principais diferenciais foi o treinamento em cadáver lab, que possibilitou aos cirurgiões praticarem as técnicas discutidas durante o encontro em uma estrutura voltada à educação médica avançada.

Receber uma programação com essas características exigiu uma estrutura acadêmica, laboratorial e técnica capaz de atender às especificidades de um treinamento médico de alta complexidade, incluindo as condições necessárias para as atividades práticas com cadáveres. Mais do que ser o local escolhido para o encontro, o Cesmac ofereceu suporte para que um evento com

esse nível de exigência pudesse ser realizado no Brasil, reunindo em Alagoas profissionais de diferentes países para uma experiência de formação e intercâmbio científico.

Professor do curso de Medicina do Cesmac e integrante do Comitê Científico e Organizador do Iron Hand, ao lado dos cirurgiões Marcio Aita, do Brasil, e Samuel Pajares, da Espanha, o Dr. Raimundo Araújo destacou a dimensão dessa realização. "Trazer o Iron Hand para Maceió tem um significado que vai muito além da realização de um curso. Esta é a primeira edição do projeto fora da Espanha e o início de sua expansão internacional. Ter Maceió escolhida para esse momento demonstra que podemos realizar em Alagoas educação médica de alto nível, promover intercâmbio entre especialistas de diferentes países e aproximar nossa medicina dos grandes centros internacionais de formação e inovação", afirmou.

Ao receber a primeira edição do Iron Hand realizada fora da Espanha, o Cesmac demonstrou, na prática, sua capacidade de acolher iniciativas internacionais que demandam estrutura especializada e suporte técnico. A realização também ampliou o intercâmbio científico em Alagoas e aproximou profissionais, professores e estudantes de conhecimentos e técnicas discutidos por especialistas de diferentes partes do mundo.



CONFIRA MAIS EM:
cesmac.edu.br/noticias
Produção:
ascom/marketing

CESMAC

CESMAC

Marina Guerra
Marketing Senior

Sua

CONSTÂNCIA
MERECE CESMAC

**Vestibular
Cesmac**

Inscreva-se em:
cesmac.edu.br
82 3215 5000
[@cesmacoficial](https://www.instagram.com/cesmacoficial)

ELEIÇÕES 2026



Flávio Bolsonaro



Lula



Ronaldo Caiado



Augusto Cury



Renan Santos

Propostas para o Nordeste dividem presidenciáveis entre tecnologia e silêncio

Flávio Bolsonaro aposta em polo tecnológico de energia limpa, Lula dilui a região em metas nacionais, enquanto Romeu Zema e Marçal omitem a região em seus planos

MARIA SALÉSIA
sallesiaramos18@gmail.com

A corrida presidencial de 2026 colocou o Nordeste no centro de estratégias eleitorais divergentes no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). De um lado, candidatos como Flávio Bolsonaro (PL), que foca no potencial de energia limpa para atrair investimentos, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que prefere pulverizar as demandas locais em grandes eixos nacionais. Do outro, um bloco liderado por Ronaldo Caiado (PSD) traz propostas de alta tecnologia, enquanto nomes menos competitivos como Romeu Zema (Novo) e Pablo Marçal (PRTB) chamam a atenção por omitir o território nordestino de seus planos oficiais.

A disputa expõe um racha metodológico na forma como os presidenciáveis pretendem governar a região, dividindo-se entre promessas detalhadas de desenvolvi-

to e o silêncio programático.

FLÁVIO BOLSONARO

Com sete propostas protocoladas, Flávio Bolsonaro (PL) afirma que pretende adotar o desenvolvimento regional como uma de suas principais bandeiras para reduzir a distância socioeconômica entre as regiões do país. O candidato foca sua estratégia no robusto potencial de energia limpa do Nordeste, defendendo que a oferta de energia eólica e solar a custos competitivos é a chave para atrair investimentos privados bilionários. Sua meta principal, diz, é transformar os estados nordestinos em um polo tecnológico de referência nacional, utilizando a infraestrutura verde como ímã para a instalação de grandes redes de data centers.

LULA

Na busca pela reeleição, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) soma seis propostas ligadas

ao Nordeste, mas escolheu não isolar a região em um bloco geográfico único. O plano petista insere as demandas locais dentro de diretrizes macro de desenvolvimento, pulverizando as ações por meio de grandes eixos nacionais de infraestrutura, conectividade digital e segurança hídrica. Na área de tecnologia, por exemplo, Lula inclui o fomento à cadeia de data centers de forma ampla no capítulo de economia digital, tratando o tema como política pública de caráter nacional, sem carimbo específico para o território nordestino.

RONALDO CAIADO

O debate federativo traz outras candidaturas que desenharam projetos específicos para o território nacional. Ronaldo Caiado (PSD) lidera o volume de metas com 14 propostas estruturadas sob a promessa de criar o Pacto Nordeste 2030, em parceria com governadores e prefeitos.



Samara Martins

Sua plataforma busca casar a expansão das renováveis com a industrialização regional, oferecendo incentivos tributários para atrair empresas de tecnologia pesada.

CURY, RENAN E SAMARA

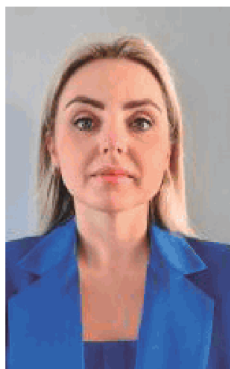
Augusto Cury (Avante) apresenta nove propostas focadas no Semiárido por meio do projeto Brasil Oásis. Renan Santos (Missão) concentra suas oito propostas na industrialização e na criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), com a meta de transformar o Nordeste na "Árabis Saudita" da inteligência computacional.

No campo das candidaturas de menor inserção nas pesquisas, as propostas ganham contornos restritos. Samara Martins (UP) registrou apenas uma proposta diretamente associada à região, focada na preservação ambiental e na proteção da Caatinga, além de manifestar o objetivo de transformar os estados nordestinos em polos de ciência e produção de alimentos.

ELEIÇÕES 2026



Pablo Marçal



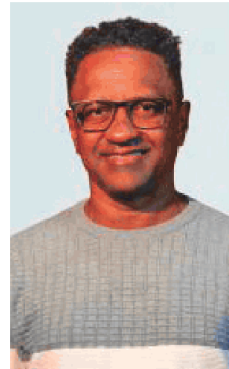
Clariana Barão



Edmilson Costa



Romeu Zema



Hertz Dias

**MARÇAL, CLARIANA
E EDMILSON**

Na contramão do detalhamento, Pablo Marçal (PRTB) — que aguarda definição jurídica do TSE sobre sua elegibilidade — e Clariana Barão (DC) trazem propostas para mitigar desequilíbrios regionais, mas evitam citar a palavra “Nordeste”. Edmilson Costa (PCB) limita-se a citar melhorias genéricas para as “regiões menos assistidas”.

**ZEMA, HERTZ, GRASSI
E RUI COSTA IGNORAM
O NORDESTE**

O maior contraste fica por conta do ex-governador Romeu Zema (Novo), único candidato relevante nas pesquisas que não faz menção direta ao Nordeste em seu documento oficial, associando a expressão “desenvolvimento regional” estritamente a políticas de fomento à cultura. Esse silêncio programático também é repetido por Hertz Dias (PSTU), Wilson Grassi (Democrata) e Rui Costa Pimenta (PCO) — este último justificou que as diretrizes de seu partido se aplicam integralmente à região por não a tratar como um problema administrati-

vo isolado.

Diante do cenário, analistas políticos apontam que as propostas de campanha devem ser avaliadas quanto à sua viabilidade prática e eficiência. Para o eleitor alagoano e nordestino, o principal critério de análise reside em verificar se as iniciativas possuem previsão de execução e capacidade de coordenação entre os entes federativos.

**O NORDESTE E AS
VELHAS FÓRMULAS**

Uma análise realizada pelo economista, professor e consultor Elias Fragozo sobre as propostas dos candidatos à Presidência para o Nordeste revela que, salvo alguns pontos específicos apresentados pelo candidato Augusto Cury, as demais plataformas trazem, essencialmente, a repetição de velhas fórmulas: obras, programas compensatórios, crédito dirigido e promessas de desenvolvimento já conhecidas de outras campanhas. O problema apontado pelo especialista é que nenhuma delas toca no núcleo da questão.

“Há mais de um século, o Nordeste perde recursos, renda e capacidade de acumulação em benefício de outras re-



Wilson Grassi



Rui Costa Pimenta

giões do país. Essa drenagem contínua ajuda a explicar por que políticas episódicas produzem avanços, mas não alteram estruturalmente a posição econômica da região. É esse debate que precisa começar. O Nordeste não necessita apenas receber mais; precisa deixar de perder tanto. Enquanto não se enfrentar a drenagem, o país continuará discutindo remédios para os sintomas e preservando intacta a doença”, afirma o economista.



COMPROMISSO COM O FUTURO!



SAINT GERMAIN

MATRÍCULAS ABERTAS - (82) 3346-1602

 /colegiodesaintgermain
  @colegiosaintgermainoficial
  www.colegiodesaintgermain.com.br

JUSTIÇA ELEITORAL



O desembargador Ney Costa Alcântara de Oliveira

TRE concentra em um desembargador disputas sobre chapas majoritárias

Escolhido, Ney Costa votou contra ficar responsável pelos processos, mas foi vencido pelos colegas

BRUNO FERNANDES
bruno-fs@outlook.com

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) decidiu que disputas sobre registros das principais chapas ao governo do Estado e ao Senado nas eleições de 2026 ficarão sob a relatoria do desembargador Ney Costa Alcântara de Oliveira. A decisão organiza quem vai conduzir os processos e não define, nesta etapa, se alguma impugnação é procedente.

Na prática, o tribunal aplicou a chamada prevenção: quando um magistrado recebe primeiro um processo ligado a outros, ele pode ficar responsável pelos casos rela-

cionados. Como Ney Costa foi sorteado para o primeiro registro da Federação Renovação Solidária, a maioria entendeu que os demais também deveriam ir para ele.

O ponto central é simples: o TRE-AL ainda não decidiu quem tem razão nas disputas. Antes de analisar o conteúdo das impugnações, a Corte definiu qual desembargador ficará responsável por conduzir os casos e apresentar os processos para julgamento.

O documento envolvido é o DRAP, sigla para Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários. Em termos simples, ele serve para a Justiça Eleitoral verificar se os atos dos partidos, federações e coligações que formaram deter-

minada chapa estão regulares. É diferente do processo que analisa individualmente cada candidato.

O Diário da Justiça Eleitoral disponibilizado na quinta-feira, 3, registra cinco processos em que o TRE reconheceu a prevenção de Ney Costa. São dois ligados à disputa pelo Governo de Alagoas e três relacionados às chapas para o Senado e seus suplentes.

Na eleição para governador, um dos processos é da coligação Pra Alagoas Fazer História de Novo, encabeçada por Renan Filho (MDB), candidato ao governo, e Yale Fernandes (MDB), candidato a vice. O registro foi questionado por Rodrigo Cunha, Podemos e Federação Renovação Solidária.

O outro processo do governo envolve a coligação Alagoas Gigante, liderada por JHC (PSDB), candidato a governador, e Célia Rocha (PSDB), candidata a vice. A chapa recebeu impugnações da coligação adversária Pra Alagoas Fazer História de Novo, além de Avante, Podemos e Solidariedade.

No Senado, a coligação Pra Alagoas Fazer História de Novo tem como principais candidatos Renan Calheiros e Dr. Wanderley, ambos do MDB. Um dos processos sobre a chapa foi impugnado pela Federação Renovação Solidária e por Arthur Lira, que também é candidato ao Senado pelo grupo adversário.

Do outro lado está a Alagoas Gigante II, que tem Arthur Lira (PP) e Marina JHC (PSDB) como candidatos ao Senado. O Diário registra dois processos ligados a essa coligação, ambos alcançados pela decisão que concentrou a relatoria em Ney Costa.

Os cinco registros não representam cinco julgamentos sobre a validade das candidaturas. Eles fazem parte da discussão processual em torno das chapas e, neste momento, o TRE decidiu apenas quem deverá conduzir casos que possuem ligação entre si.

Em vez de deixar cada processo seguir com um relator diferente, o TRE concentrou a análise sob a responsabilidade de Ney Costa. A razão foi ele ter sido o relator sorteado originalmente para o primeiro DRAP da Federação Renovação Solidária relacionado à controvérsia.

A decisão foi tomada por maioria. Ney Costa votou contra o entendimento de que deveria ficar responsável pelos processos, mas foi vencido pelos demais integrantes da Corte. Assim, mesmo discordando da prevenção, ele passou a ser o relator definido pelo tribunal.

O Diário também registra um conflito de competência envolvendo Ney Costa e a desembargadora eleitoral substituta Natália França Von Sohsten. Nesse processo específico, o TRE decidiu por unanimidade que Ney Costa era o magistrado competente para conduzir a análise.

A mudança de relator não significa vitória de Renan Filho, JHC, Arthur Lira, Marina JHC, Renan Calheiros, Dr. Wanderley ou de qualquer partido envolvido. Também não significa que alguma chapa tenha sido aceita ou rejeitada pela Justiça Eleitoral.

MARECHAL DEODORO

TRF5 reverte condenção de Cristiano Matheus em ação sobre merenda

Ação envolve aplicação de recursos federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar

BRUNO FERNANDES
bruno-fs@outlook.com

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) afastou a condenação por improbidade administrativa do ex-prefeito de Marechal Deodoro Cristiano Matheus da Silva e Sousa em processo que apurava supostas irregularidades na compra de merenda escolar. A decisão foi unânime.

O acórdão, disponibilizado na quarta-feira, 9, no Diário de Justiça Eletrônico Nacional, negou os recursos do Ministério Público Federal (MPF) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e acolheu as apelações apresentadas pelos réus.

A ação envolve a aplicação de recursos federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante a gestão de Cristiano Matheus em Marechal Deodoro. O MPF apontava possíveis direcionamentos em licitações, dispensas indevidas, sobrepreço e pagamentos por alimentos que, segundo a acusação, não teriam sido entregues.

Cristiano administrou Marechal Deodoro nos anos de 2009 a 2012 e de 2013 a 2016. No processo, o MPF sustentou que irregularidades teriam ocorrido durante sua gestão, especialmente nos exercícios de 2013 e 2014.

Entre os pontos atribuídos ao ex-prefeito estava a autorização de pagamento de R\$ 146.529,77 a duas fornecedoras de alimentos. A acusação afirmava que os produtos correspondentes a esse valor não teriam sido efetivamente entregues ao município.

O ex-prefeito de Marechal, Cristiano Matheus



INSTAGRAM

A sentença de primeira instância havia reconhecido parcialmente os pedidos do MPF contra o ex-prefeito, a então secretária de Educação e a fiscal dos contratos. O entendimento foi de que eles teriam concorrido para prejuízo ao município em contratações ligadas à merenda.

Ao recorrer, Cristiano Matheus afirmou que não havia prova de atuação dolosa para causar prejuízo aos cofres públicos. Sustentou ainda que sua participação se limitou a atos administrativos, como autorizações de certames,

homologações e assinaturas de contratos, precedidos de análises técnicas.

A defesa também alegou que os alimentos foram entregues e consumidos pelos estudantes e questionou o uso de preços do Ceasa e do Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas como parâmetro para apontar eventual sobrepreço.

No julgamento no TRF5, o relator, desembargador federal Cid Marconi, concluiu que não ficou demonstrado prejuízo efetivo ao erário, requisito necessário para

a configuração do ato de improbidade previsto no artigo 10 da Lei de Improbidade Administrativa.

“O efetivo prejuízo ao erário, elemento imprescindível para a configuração do ato ímprobo, não restou comprovado nos autos”, escreveu o magistrado.

O colegiado também entendeu que não houve prova suficiente de superfaturamento, desvio de recursos ou falta de entrega dos gêneros alimentícios. Para o tribunal, as irregularidades documentais encontradas não bastavam, isoladamente, para comprovar que os alimentos deixaram de ser fornecidos.

Segundo o acórdão, com exceção de uma nota fiscal, os documentos analisados tinham registros assinados por diretores escolares atestando o recebimento dos produtos. Depoimentos colhidos no processo também indicaram que as escolas foram abastecidas com merenda.

A decisão ainda considerou inadequada a metodologia usada para estimar o sobrepreço. O TRF5 afirmou que a comparação com valores de produtos in natura não levou em conta custos de logística, distribuição, tributos, mão de obra e outros componentes do preço final.

Outro ponto analisado foi a dispensa de licitação adotada em 2013 para garantir o fornecimento de alimentos antes da conclusão de um processo licitatório. O MPF alegava que a situação de urgência teria resultado de falta de planejamento da própria administração.

Apesar das falhas identificadas nos procedimentos, a Turma concluiu que não havia elementos para demonstrar intenção específica dos envolvidos de fraudar as contratações, causar dano ao erário ou favorecer terceiros de forma ilícita.

Com isso, o TRF5 deu provimento ao recurso de Cristiano e dos demais réus e julgou improcedente a ação de improbidade. O recurso do MPF, ao qual o FNDE havia aderido, foi rejeitado. O acórdão é referente ao processo nº 0805887-50.2016.4.05.8000.

O acórdão registrou que sentença penal sobre os mesmos fatos havia sido anulada por incompetência, mas as provas produzidas naquele processo puderam ser consideradas pelo TRF5 como prova emprestada.

ELEIÇÕES

'Ninguém pode ser pressionado, constrangido ou cobrado por sua posição política'

Advogada explica os limites das manifestações políticas no ambiente de trabalho

JOSÉ FERNANDO MARTINS
josefernandomartins@gmail.com

Com a campanha eleitoral em andamento, o ambiente de trabalho também entra no radar das autoridades responsáveis pela fiscalização das eleições. A preocupação é impedir que relações de hierarquia, dependência econômica ou poder dentro das empresas sejam utilizadas para influenciar, pressionar ou constranger trabalhadores em razão de suas escolhas políticas.

Nesse contexto, as Justiça Eleitoral e do Trabalho e os Ministérios Públicos lançaram a campanha nacional "Aliança pelo Voto Livre e Secreto", com o slogan "No meu voto mando eu", voltada à prevenção e ao combate do assédio eleitoral nas relações de trabalho. Entre as condutas que acendem o alerta estão ameaças de demissão ou prejuízo profissional, promessa de benefícios em troca de apoio político, exigência de participação em atos de campanha e pressão para que empregados revelem suas preferências eleitorais. Para esclarecer dúvidas, o EXTRA conversou com a advogada Juliana Mendonça, mestra em Direito, especialista em Direito e Processo do Trabalho e sócia do Lara Martins Advogados. Confira!

EXTRA ALAGOAS - Uma empresa pode proibir completamente conversas sobre política entre funcionários durante o expediente ou essa medida poderia violar a liberdade de expressão dos trabalhadores?

JULIANA MENDONÇA - Uma proibição total e genérica de qual-



Juliana Mendonça,
advogada

quer conversa sobre política tende a ser excessiva e pode, sim, esbarrar na liberdade de expressão e de pensamento dos trabalhadores, garantidas pela Constituição. O que a legislação eleitoral veda não é a conversa espontânea entre colegas, mas o assédio: a pressão, a insistência ou o uso de uma posi-

ção de autoridade para tentar influenciar o voto de outra pessoa. Uma política interna equilibrada não deveria proibir que as pessoas conversem, mas deixar claro que ninguém pode ser pressionado, constrangido ou cobrado por sua posição política dentro do ambiente de trabalho e que gestores têm

um dever redobrado de neutralidade justamente por ocuparem posição hierárquica.

EA - O empregador pode impedir que funcionários utilizem camisetas, adesivos, broches ou outros símbolos de candidatos e partidos dentro da empresa? Onde está o limite dessa restrição?

JM - Aqui a lógica muda um pouco, porque a Resolução TSE nº 23.755/2026 vedou expressamente a propaganda eleitoral dentro do ambiente de trabalho, e não apenas o assédio. Isso significa que o empregador pode, sim, restringir o uso de símbolos de campanha (camisetas, broches, adesivos) durante o expediente.

EA - Como a empresa deve agir quando o possível assédio eleitoral ocorre entre funcionários que ocupam o mesmo nível hierárquico, sem participação direta de chefes ou gestores?

JM - O assédio eleitoral entre pares também está coberto pela norma — a vedação não se restringe a relações hierárquicas. Nesses casos, a empresa deve tratar a situação como trataria qualquer conflito ou assédio horizontal: acolher a denúncia, apurar internamente com isenção, ouvir as partes envolvidas e aplicar as medidas disciplinares cabíveis, que podem ir de advertência a demissão por justa causa, dependendo da gravidade. A omissão da empresa, mesmo quando o fato ocorre entre colegas do mesmo nível, pode gerar responsabilização, porque a norma atual pune também quem "permitir" a ocorrência da conduta.

ELEIÇÕES

EA - Mensagens políticas enviadas por um chefe ao funcionário fora do horário de trabalho, por WhatsApp ou pelas redes sociais, podem ser consideradas assédio eleitoral relacionado à relação de emprego?

JM - Podem, sim. O que caracteriza o assédio eleitoral não é o horário em que a conduta ocorre, mas a relação de poder que ela explora. Se um chefe usa um canal de comunicação vinculado ao trabalho, ou aborda o funcionário de forma insistente sobre política mesmo fora do expediente, a subordinação continua presente e pode configurar constrangimento, ainda que a mensagem tenha sido enviada à noite ou num grupo de WhatsApp da equipe.

EA - O trabalhador que acredita estar sofrendo assédio eleitoral precisa reunir provas? Que tipos de registros podem ser utilizados para demonstrar esse tipo de conduta?

JM - Reunir provas é sempre recomendável, embora a Justiça do Trabalho também admita prova testemunhal e indícios quando a prova direta é difícil de obter — o que é comum em casos de assédio. Entre os registros mais

úteis estão: prints de mensagens (e-mail, WhatsApp, grupos internos), gravações de reuniões ou conversas, e-mails, fotos, comunicados internos com conteúdo político, relatos de testemunhas presenciais e eventuais boletins de ocorrência ou registros de reclamação feitos ao RH ou à ouvidoria da empresa.

EA - Uma denúncia de assédio eleitoral pode ser feita de forma anônima? A quais órgãos o trabalhador pode recorrer caso não se sinta seguro para denunciar a situação internamente?

JM - Sim, a denúncia anônima é possível, principalmente

pelos canais de ouvidoria e compliance que muitas empresas já mantêm, e também perante órgãos externos. Se o trabalhador não se sentir seguro para denunciar internamente, pode procurar o Ministério Público do Trabalho ou Ministério Público Eleitoral. Também é possível buscar orientação com um advogado trabalhista para avaliar se cabe uma medida judicial específica.

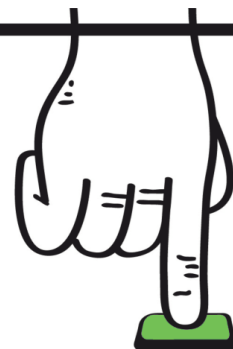
EA - Caso um funcionário seja demitido e suspeito que a dispensa ocorreu por causa de sua posição política ou de seu voto, quais direitos ele pode reivindicar e quais consequências essa motivação

pode trazer para a empresa?

JM - Se ficar demonstrado que a dispensa teve motivação discriminatória ligada à opinião política do trabalhador, aplica-se a Lei nº 9.029/1995, que veda práticas discriminatórias na relação de emprego. Nesse cenário, o trabalhador tem o direito de escolher entre duas opções: a reintegração ao emprego, com o pagamento integral dos salários do período de afastamento, ou o recebimento em dobro da remuneração correspondente a esse período, sem prejuízo de indenização por danos morais, que é cumulativa em qualquer das duas hipóteses.

Nós fazemos parte da
**ALIANÇA PELO VOTO
LIVRE E SECRETO**

ASSÉDIO ELEITORAL É CRIME.



Começa um **novo momento**

Conheça as novas embalagens dos produtos Caeté



Preservando a doçura da vida com responsabilidade socioambiental

www.usinacaete.com ■ In Usina Caeté ■ @usinacaete



MASSA FALIDA DA LAGINHA

Ex-administrador judicial terá de devolver R\$ 7 milhões de honorários recebidos

Lindoso & Araújo, que pleiteava mais R\$ 76,6 milhões, teve prestação de contas rejeitada

JOSÉ FERNANDO MARTINS
josefernandomartins@gmail.com

Um ex-administrador judicial da Massa Falida da Láginha, que reuniu as empresas do extinto Grupo João Lyra, terá de devolver honorários e outros valores após ter sua prestação de contas rejeitada pela Justiça. A decisão atinge a Lindoso & Araújo Consultoria Empresarial Ltda., que administrou o processo falimentar entre março de 2017 e setembro de 2020.

A própria empresa informou à Justiça ter recebido R\$ 7.104.653,41 durante sua gestão. O montante é resultado de R\$ 5.168.215,38 referentes ao adiantamento de 40% sobre parte dos ativos realizados e R\$ 1.936.438,03 em pagamentos mensais de honorários antecipados.

A ex-administradora sustentava, entretanto, ter direito a uma remuneração muito superior. Segundo pedido apresentado no processo, sua remuneração havia sido fixada em 3,5% sobre o valor efetivamente recebido com a realização dos ativos. A Lindoso & Araújo afirmou que, durante sua gestão, foram realizados ativos no valor de R\$ 2,394 bilhões, o que resultaria em honorários totais de R\$ 83.792.041,46. Descontados os R\$ 7,1 milhões já recebidos, a empresa calculou que ainda teria R\$ 76.687.388,05 a receber da massa falida e pediu à Justiça a reserva desse valor, sem considerar a atualização monetária.

A situação mudou no jul-



O desembargador Carlos Cavalcanti é o relator do processo



José Lindoso, ex-administrador judicial da Massa Falida da Láginha

gamento da prestação de contas. A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), sob relatoria do desembargador Carlos Cavalcanti de Albuquerque Filho, deu provimento, por unanimidade, à apelação do Espólio de João José Pereira de Lyra

e reformou a sentença que havia aprovado as contas com ressalvas.

O colegiado determinou a rejeição integral das contas da Lindoso & Araújo. O acórdão apontou graves irregularidades, conflito de interesses, gestão temerária e descumprimento de deveres fiduciários.

Entre os problemas identificados estão a atuação de integrantes da equipe técnica da administradora como advogados de uma credora relevante da massa falida, a terceirização irregular de atividade-fim e a utilização de recursos da massa para custear profissionais em situação de conflito de interesses, sem autorização judicial específica.

Também foram apontados problemas na gestão financeira, como pagamentos fixos de combustíveis sem controle e a manutenção de uma estrutura operacional considerada onerosa e desnecessária para uma empresa em processo de liquidação. Com a rejeição das contas, o TJAL decretou a perda total do direito à remuneração e determinou o perdimento definitivo da reserva de 40% dos honorários eventualmente retidos.

A Lindoso & Araújo também deverá restituir à massa falida todos os valores recebidos a título de remuneração e honorários durante sua gestão, além das quantias pagas a terceiros consideradas reembolsos irregulares ou decorrentes de terceirização ilícita.

A devolução deverá ser acrescida de correção monetária pelo índice oficial do Tribunal, desde cada recebimento ou pagamento indevido, e de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. O montante final da restituição ainda será apurado nos autos. A empresa também foi condenada ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios de sucumbência correspondentes a 10% do valor total da condenação à restituição.

O TJ ainda determinou o envio de cópia integral do acórdão e dos autos ao Ministério Público de Alagoas para apuração de eventuais ilícitos penais previstos na Lei de Falências e de possíveis atos de improbidade administrativa. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também deverá ser comunicada para apurar eventuais infrações ético-disciplinares relacionadas ao conflito de interesses mencionado no processo.

MASSA FALIDA DA LAGINHA

Lindoso afirma ter entrado em acordo

Ao EXTRA, a Lindoso & Araújo se defendeu afirmando que se trata de uma decisão antiga, que já foi objeto de recurso e de composição entre as partes nos autos. “O processo caminha para o seu fim”, frisou.

A informação sobre a rejeição das contas foi publicada no Diário Eletrônico da Justiça da sexta-feira da semana passada, 4 de setembro. Na mesma data, o desembargador Carlos Cavalcanti autorizou a atual administradora judicial, Vivante Gestão e Administração Judicial Ltda., a assinar, em nome da massa falida, um acordo firmado entre José Luiz Lindoso da Silva, Lindoso & Araújo Consultoria Empresarial Ltda., o Espólio de João Lyra e seus herdeiros.

Segundo a decisão, a transação busca solucionar controvérsias patrimoniais relacionadas à atuação do antigo administrador judicial e às reservas de honorários no processo falimentar. O magistrado ressaltou, porém, que a autorização se limita à assinatura do instrumento e que a análise do conteúdo do acordo e sua eventual homologação judicial ocorrerão posteriormente.

Questionado sobre os valores atualizados no processo, o gabinete do desembargador Carlos Cavalcanti informou que o magistrado não se pronuncia sobre casos em tramitação.

Atualmente, a Lindoso está à frente da recuperação judicial de 11 empresas de Alagoas e do processo de falência de outras cinco empresas alagoanas.

Fim da falência do Grupo JL

O encerramento da falência da Lágina Agroindustrial deixou um patrimônio expressivo a ser revertido às empresas do grupo. Relatório final da Vivante Gestão e Administração Judi-

cial aponta R\$ 319.595.372,89 depositados em contas judiciais, além de cerca de 200 imóveis espalhados por quatro estados. Os recursos financeiros integram os ativos remanescentes da falência e, conforme o plano aprovado pelos credores, devem retornar às sociedades. O mesmo ocorre com os bens que permaneceram no patrimônio após o pagamento dos credores aptos.

No caso dos imóveis, o relatório informa que estão distribuídos por Alagoas, Bahia, Santa Catarina e Minas Gerais. A reversão dos ativos às empresas havia sido aprovada em Assembleia Geral de Credores e homologada pelo Juízo Falimentar. O desfecho é considerado incomum pela própria administração judicial. Em uma falência convencional, os bens são vendidos para levantar recursos destinados ao pagamento dos credores. No caso da Lágina, segundo a Vivante, os credores considerados aptos foram pagos e ainda restaram bens que permanecerão sob propriedade das empresas, cuja administração volta aos acionistas.

O relatório também aponta para a retomada das atividades empresariais. A Lágina estava com o CNPJ ativo perante a Receita Federal, enquanto os cadastros das demais sociedades, então considerados inaptos, estavam em processo de regularização. A intenção é preservar os ativos e permitir a retomada das operações. Entre as atividades mencionadas estão a produção de cana-de-açúcar e negócios relacionados ao setor. O documento registra ainda a existência de contratos de arrendamento em curso como parte da estratégia de utilização do patrimônio remanescente.

O encerramento da falência, porém, não significa o fim de todas as disputas relacionadas ao antigo processo. O relatório registra R\$ 36.649.336,10 em valores reservados para créditos ainda

LINDOSO & ARAUJO
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ESTADO DE ALAGOAS (AL)

RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Auto Posto Freitas & Maia Ltda.
Construtora Humberto Lobo Ltda.
ENENGI - Empresa Nacional de Engenharia e Construções Ltda.
FICSI Bebidas & Destilados Ltda.
Grupo Amora do Meio
Grupo Prodom
Grupo Sarcenipo / Rocampo
MONTED - Montagem Técnica Ltda.
Samparo Construções Ltda.
Trajano Transportes Ltda. - ME
União Santa Clotilde SPA

Listas de clientes da Lindoso & Araújo

LINDOSO & ARAUJO
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ESTADO DE ALAGOAS (AL)

FALÊNCIAS

Algodoeira Sertaneja Ltda.
Assistência Médica Infantil
Frontiers Informática Ltda.
Grupo Sapatos
Hospital Alvorada de Maceió

sujeitos a definição e outros R\$ 103.868.084,16 em créditos com garantia real sobre máquinas, entre os quais R\$ 26 milhões do Bank of China, além de R\$ 57,5 milhões atribuídos à Lindoso & Araújo Consultoria Empresarial

e R\$ 46,2 milhões relacionados a Eugênio Aragão Advogados Associados.

As controvérsias em relação a créditos podem continuar em processos próprios mesmo após o encerramento da falência.

UNCISAL

Ex-reitor defende permanência de alunos atingidos por decisão do TJ

Henrique Costa afirma que estudantes ingressaram de boa-fé e que eventual suspensão da bonificação não deveria alcançar quem já iniciou o curso

JOSÉ FERNANDO MARTINS
josefernandomartins@gmail.com

O médico e ex-reitor da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal), Henrique Costa, defende a permanência dos estudantes atingidos pela decisão judicial que determinou a reclassificação dos candidatos no processo seletivo da instituição. Para ele, os alunos ingressaram de boa-fé, cumprindo as regras estabelecidas no edital, e não deveriam ser prejudicados por uma eventual mudança no entendimento jurídico sobre a política de bonificação.

Em entrevista ao EXTRA, Henrique Costa explicou que a bonificação tinha como objetivo ampliar o acesso de estudantes formados em Alagoas a uma universidade mantida pelo próprio Estado. A preocupação, segundo ele, ganhou relevância com a adoção do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que ampliou a concorrência para candidatos de todo o país, especialmente em cursos como Medicina.

Em julho, a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) decidiu, por 2 votos a 1, pela reclassificação dos alunos. Na ocasião, a Uncisal informou que aguardaria a intimação oficial e a orientação da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) antes de adotar as medidas cabíveis.

ORIGEM DA BONIFICAÇÃO

Henrique Costa explica que a política de bonificação é anterior à atual legislação estadual. Quando assumiu a Reitoria, em 2017, o Conselho Universitário já havia aprovado um acréscimo de 4% na nota dos candidatos que haviam cursado o ensino médio em Alagoas e de 5% para aqueles que fizeram tanto o ensino fundamental quanto o médio na rede de ensino do Estado.

Com a implantação do Sisu, a disputa pelas vagas passou a envolver



NARA ALMEIDA

Henrique Costa durante entrevista ao EXTRA

candidatos de todo o país. Segundo Henrique Costa, até mesmo as vagas destinadas a estudantes da rede pública poderiam ser ocupadas por candidatos de outros estados, já que a política de cotas não era restrita aos alunos da rede pública alagoana.

O ex-reitor relata que, em determinado ano, a participação de candidatos de outros estados chegou a representar uma parcela muito elevada das vagas.

"Houve ano em que os candidatos de fora chegaram a ocupar praticamente 90% das vagas."

Para Henrique Costa, a discussão também precisa considerar o investimento realizado pelo Estado na manutenção de cursos de alta complexidade e elevado custo, como Medicina, e o retorno social proporcionado por essa formação.

"Estamos falando de um Estado pobre, que mantém um curso de Medicina de excelência, com um custo elevado, mas que também proporciona um retorno social muito importante, tanto para quem se forma quanto para

a população que é atendida."

Segundo ele, havia ainda uma preocupação específica com a carência de médicos no interior de Alagoas e com o fato de muitos estudantes, depois de formados, retornarem aos seus estados de origem.

"Nós estávamos formando profissionais que, em boa parte, deixavam Alagoas depois de concluir o curso e retornavam para seus estados de origem. Por isso, era preciso discutir como ampliar o acesso dos estudantes alagoanos a essas vagas."

BONIFICAÇÃO DE 10%

Posteriormente, a Assembleia Legislativa aprovou uma lei estadual que elevou a bonificação para 10%. Henrique Costa afirma que reconhece a importância de uma política de incentivo aos estudantes alagoanos ou àqueles que já residem no estado e que tenham cursado o ensino fundamental e médio em Alagoas.

O ex-reitor reconhece que a constitucionalidade da política de bonificação

já era discutida durante sua gestão. Segundo ele, o Ministério Público, o Ministério Público de Contas e a própria Procuradoria-Geral do Estado apresentaram ressalvas em relação à medida.

Para Henrique Costa, no entanto, uma eventual declaração de inconstitucionalidade da política não deveria produzir efeitos sobre estudantes que já haviam ingressado na universidade seguindo as regras estabelecidas no edital.

"Uma coisa é questionar a constitucionalidade da lei e determinar que ela deixe de ser aplicada. Outra coisa é determinar a suspensão da lei e, ao mesmo tempo, reclassificar estudantes que já ingressaram seguindo as regras do edital. Nesse caso, a decisão produz um efeito retroativo."

Por isso, ele defende que os efeitos de uma eventual mudança no entendimento jurídico sejam modulados para alcançar apenas os próximos processos seletivos, preservando os estudantes que já estão matriculados.

Para ele, o princípio da segurança jurídica deve ser considerado nesse caso.

"A partir do momento em que o candidato cumpre o edital e é aprovado dentro das regras estabelecidas, é preciso respeitar aquela decisão. O estudante não pode ser responsabilizado posteriormente por uma mudança no entendimento sobre a legislação."

Henrique Costa acredita que a discussão ainda poderá chegar a outras instâncias do Judiciário, mas defende que, enquanto o processo não chega a uma decisão definitiva, seja preservado o direito dos alunos que já estão cursando a universidade.

"Se for necessário, essa discussão vai chegar às outras instâncias. Enquanto isso, precisamos resguardar o direito dos estudantes que já estão cursando."

A solução defendida por Henrique Costa é a chamada modulação dos efeitos da decisão: discutir o mérito e, se for o caso, impedir a aplicação da bonificação nos próximos processos seletivos, mas preservar aqueles que já ingressaram regularmente na universidade.

"A modulação permite justamente isso: que se analise o mérito da questão jurídica, mas que também sejam consideradas as particularidades de quem já ingressou e está cursando a universidade."

"É preciso considerar a situação concreta desses estudantes e garantir a manutenção daqueles que já cursaram esse primeiro ano."

Ex-reitor da instituição por oito anos consecutivos, Henrique Costa deixou a vice-reitoria da Uncisal, cargo que ocupava desde a última eleição, em 2025, para ser candidato a deputado federal, após, segundo ele, pedido pessoal do deputado federal Alfredo Gaspar.

SEGURANÇA DIGITAL

André Lage
faz alerta
sobre crimes
cibernéticos



SECOM UFAL

Inteligência artificial amplia golpes digitais e exige atenção a ligações

Professor da Ufal explica como criminosos podem usar a tecnologia e aponta medidas para reduzir riscos

ARTHUR FONTES
arthurfontes425@gmail.com

A popularização da inteligência artificial (IA) abriu novas possibilidades para o uso da tecnologia, mas também aumentou a preocupação com golpes e fraudes digitais. Uma pesquisa do Observatório Febraban, realizada pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE), aponta que 88% dos nordestinos consideram muito preocupante o uso da IA em fraudes, golpes e vídeos falsos.

No Nordeste, 90% dos entrevistados disseram já ter ouvido falar em inteligência artificial. Desses, 52% afirmaram já ter utilizado a tecnologia. Entre os principais usos estão a busca por informações e o

esclarecimento de dúvidas, citados por 57% dos entrevistados. Diante de todas essas possibilidades, nos dias atuais a inteligência artificial é recebida mais com preocupação (27%) do que com entusiasmo (24%).

De acordo com o professor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) André Lage, os golpes digitais já utilizavam técnicas de coleta e cruzamento de dados antes da popularização da IA generativa. Segundo ele, a nova tecnologia amplia as possibilidades de automação e pode tornar essas práticas mais sofisticadas.

Em entrevista exclusiva ao EXTRA, Lage também orientou sobre cuidados com ligações de números desconhecidos, falou sobre os limites atuais das ferramentas capazes de identificar conteúdos produzidos por IA e explicou como a própria tecnologia pode ser utilizada pelas operadoras para identificar padrões de chamadas suspeitas.

EXTRA ALAGOAS: A inteligência artificial realmente tornou os golpes mais sofisticados?

André Lage: Tornou. Um exemplo clássico são as ligações feitas por robôs. Elas podem ter como objetivo testar se um número existe e

se alguém atende. Também podem buscar informações durante a conversa. O que é dito pode ser gravado, transcrito automaticamente e colocado em um banco de dados, associando o número ao nome e a outros dados fornecidos pela pessoa. Esse processo pode acontecer de forma automática, sem que a pessoa perceba que a conversa está sendo usada para coletar informações. Pequenos dados fornecidos durante a ligação também podem ser reunidos para identificar ou traçar um perfil daquela pessoa.

EA: Os 88% dos nordestinos que dizem temer golpes digitais estão de acordo com a realidade?

AL: Não conheço a metodologia da pesquisa dos 88%, mas não me surpreende. Muito antes de a inteligência artificial estar tão avançada como hoje, já existiam técnicas sofisticadas para aplicar golpes. Um exemplo são e-mails disparados automaticamente, fingindo ser instituições e enviando boletos falsos. Em alguns casos, esses golpes usam dados da própria vítima. Pode ser um boleto falso da Caixa Econômica, por exemplo, justamente quando a pessoa tem um financiamento habitacional. Então, antes mesmo da inteligência artificial generativa, já existiam formas

de cruzar dados e direcionar golpes. Com a popularização da IA, isso se torna ainda mais acessível. As pessoas percebem que é uma tecnologia fácil de usar e começam a entender que ela também pode ser utilizada de forma criminosa.

EA: Quais cuidados podem reduzir o risco de as pessoas caírem nesses golpes?

AL: Se alguém ligar de um número que você não conhece, não dê nenhuma informação, por mais convincente que seja a abordagem. Os golpistas podem utilizar situações que provocam medo para fazer a pessoa deixar de analisar racionalmente o que está acontecendo. Eu configurei meu celular para que números que não estão na minha agenda não toquem. Se for necessário atender, uma alternativa é pedir que a pessoa se identifique pelo WhatsApp ou outro aplicativo de mensagens. Quem pretende aplicar um golpe provavelmente não vai fornecer informações para se identificar.

EA: É possível identificar com certeza um áudio ou vídeo produzido por IA?

AL: Atualmente, não existe um método capaz de garantir com 100% de certeza que um áudio ou vídeo foi produzido por inteligência artificial. Existem técnicas que analisam características dos vídeos e conseguem identificar sinais de geração artificial, mas isso está em constante disputa. Quando surge um método capaz de detectar um modelo de IA, pode aparecer outro modelo mais avançado que ainda não foi testado. Por isso, o caminho é trabalhar com probabilidades e evidências. Uma ferramenta pode indicar que existe uma alta chance de determinado conteúdo ter sido produzido por IA, mas não deve ser tratada como uma prova definitiva.

EA: A própria IA pode ser usada para combater golpes?

AL: Pode. As operadoras podem utilizar inteligência artificial para identificar padrões de chamadas frequentes. Se um número realiza chamadas automáticas para uma grande quantidade de pessoas, por exemplo, esse comportamento pode ser identificado. Também é possível verificar se o número pertence a uma instituição que realiza ligações legítimas. Os números sem identificação ou sem manifestação de interesse poderiam ser analisados e bloqueados. A tecnologia para isso já existe.

BORDANDO HISTÓRIAS

FOTOS: INSTAGRAM CLUBE DO BORDADOCIENTISTAS-



Bordadeiras da Ilha



Clube do Bordado

Clube do Bordado

vive encontro com a tradição do tecer à mão alagoano

Expedição leva alunas a conhecerem diferentes técnicas e saberes do artesanato pelo Brasil

MARIA LUÍSA FARIAS
Estagiária sob supervisão

O Clube do Bordado, de São Paulo, existe há 13 anos. Surgiu do encontro de amigas que se reuniam para bordar e compartilhar momentos. “Éramos amigas que se encontravam para bordar, falar da vida e comer alguns quitutes entre uma taça de vinho e outra”, relembra a cofundadora e designer Vanessa Souza.

Em 2026, o grupo iniciou a Expedição Bordando Histórias, em parceria com a Vivalá, agência de turismo sustentável que promove expedições em comunidades tradicionais pelo Brasil. O projeto do Clube do Bordado viaja por diferentes

rios brasileiros em busca de trabalhos feitos à mão. A primeira parada foi em junho, pelo Rio Negro, na Amazônia, onde bordaram a vitória-régia. Em agosto, a expedição passou por Sergipe e Alagoas, às margens do Rio São Francisco.

Na região alagoana, a Ilha do Ferro, em Pão de Açúcar, foi escolhida como destino depois que Vanessa teve contato, em uma feira de artesanato em Porto de Pedras, com peças produzidas por artesãos da comunidade. A pesquisa sobre as pessoas, o artesanato e a cultura de Alagoas levou o Clube do Bordado ao bordado Boa-Noite.

A técnica, no entanto, já fazia parte das referências de Vanessa sobre o artesanato brasileiro. A expedição possibilitou tornar esse conhecimento em experiência. “Uma coisa é conhecer pelo livro; outra completamente diferente é ver de perto, entender a escala dos trabalhos e conversar com quem faz”, afirma.

Para ela, a expedição representa a possibilidade de ultrapassar as páginas dos livros e aprender diretamente com quem tece à mão.



Alunas do Clube do Bordado

Um ponto de encontro a Ilha do Ferro

A expedição contou com 14 alunas, que acompanharam Vanessa e Laís Souza, outra cofundadora do Clube do Bordado, durante a passagem pela Ilha do Ferro. Na Cooperativa Art Ilha, localizada na região, o grupo aprendeu alguns pontos do bordado Boa-Noite. “Foi quando a Silva, bordadeira da cooperativa, sentou com a gente para ensinar alguns pontos do bordado, do mais simples ao mais complexo”, conta Vanessa.

A Cooperativa Art Ilha foi fundada em 1998 e hoje reúne 20 bordadeiras. Para a presidente Eridan Lessa, a cooperativa teve papel decisivo na projeção da arte local. “Foi através da cooperativa e do bordado Boa-Noite que tudo na Ilha começou a melhorar. As pessoas vinham à procura do bordado e acabavam também descobrindo outros trabalhos locais, a cooperativa se tornou uma das peças fundamentais para a história que a Ilha do Ferro tem hoje”, afirma.

Para quem vem de fora conhecer o trabalho das bordadeiras alagoanas, o que mais chama atenção é a capacidade delas de preservar as características do Boa-Noite e, ao mesmo tempo, criar novas possibilidades. “As bordadeiras sabem muito bem o que fazem e têm uma capacidade impressionante de criar coisas novas sem perder de vista a essência. As cores são muito características, os pontos são originais e ainda têm nomes maravilhosos, como arainha e pé de pinto”, relata Vanessa.

Os elementos do Boa-Noite também estão presentes em várias manifestações artísticas que podem ser encontradas na Ilha do Ferro. Vanessa observou o uso do bordado livre para reproduzir pontos da técnica, além dos bancos da casa de Zé Crente, artesanato local, pintados com desenhos inspirados no bordado. “Isso mostra que uma técnica não fica isolada, ela contamina outras linguagens. O bordado aparece na



Vanessa e Laís com a bordadeira Carmen Silva aprendendo pontos do bordado Boa-Noite



Casa pirambeba

madeira, na pintura, no trabalho de outros artistas. Esse intercâmbio de referências diz muito sobre como a cultura da região é viva, generosa e madura”, ressalta.

Vanessa e Laís também deram oficinas de bordado para as alunas, mas também para perceber como o estado é uma prova viva de que a arte brasileira continua tecida à mão. “Não é só conhecer um lugar novo, mas conhecê-lo em grupo, quando todos observam, perguntam, bordam e descobrem juntos. No fim, cada pessoa repara em uma coisa e a viagem fica muito maior do que aquilo que qualquer uma de nós conseguiria enxergar sozinha”, completa



Flor boa-noite

Sem manuais, o bordado é passado pela oralidade

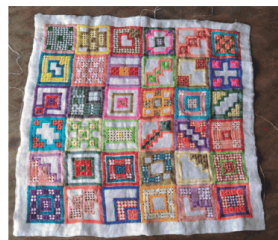
A técnica de um dos famosos bordados alagoanos se assemelha à renda labirinto, que consiste em desfiar o tecido para depois bordar sobre as tramas restantes. Esse nome tem origem em Mata da Onça, no Alto Sertão do Baixo São Francisco, vindo de uma flor típica chamada boa-noite e que inspirou o formato do bordado. “Esse bordado foi criado aqui em Mata da Onça por uma mulher que aqui morou. Foi ela quem, através de uma planta nativa que a gente conhece aqui por boa-noite, criou o bordado e colocou esse nome”, conta Roselia Correia, bordadeira da região.

A designer e arquiteta Marta Melo, com pós-graduação em História da Arte e da Arquitetura pela PUC-RJ, explica que a transmissão da técnica acontece exclusivamente pela oralidade, entre as gerações. “A passagem de geração a geração é fundamental para a transmissão da técnica, pois não há manuais escritos nem receitas escritas da construção desses saberes. O conhecimento é tácito, aprendido ao ver o outro fazer”, diz.

Segundo ela, todo o repasse depende da observação atenta de um produto pronto, seja uma toalha ou um pano, para que o processo se repita. Quando esse aprendizado deixa de ser repassado, a tradição corre o risco de desaparecer de uma comunidade. Marta Melo cita o caso do frivolté em Poço das Trincheiras. “Com o desaparecimento das senhoras mais antigas, das pessoas que faziam esse trabalho, não ficou ninguém para repassar. Então o frivolté naquele local sai do mapa da cultura”. Ela ainda destaca o impacto que o bordado tem não só para cultura alagoana, como na vida das bordadeiras: na realidade outros lugares, como a Ilha do Ferro e Entre Montes, permanecem nesse mapa e acabam atraindo bastante turismo. Isso reflete até na moda, pois o bordado alavanca determinadas localidades por ser o berço dessa atividade e eleva a autoestima dessas mulheres. Mas quando isso não ocorre, perde-se um patrimônio que faz parte do grupo”, lamenta.

É possível descobrir novas formas artísticas através de quem tece com as mãos e mantém viva uma tradição. Sair do mapa do artesanato, como cita Marta, dificulta ainda mais a sobrevivência da arte em uma comunidade. Quanto menos reconhecimento esse saber recebe, menor a chance de encontrar quem queira aprender e dar continuidade.

A Expedição Bordando Histórias parte desse encontro que valoriza as atividades manuais. O grupo conheceu de perto o trabalho das bordadeiras alagoanas e as histórias que acompanham cada peça, e já planeja voltar à Ilha do Ferro.



Boa-noite

DIREITO DO CONSUMIDOR

■ Arnaldo Santtos
jornalista
arnaldosanttos@gmail.com



Estacionamento

A súmula 130 (orientação do Superior Tribunal de Justiça – STJ – que vale para todo o país) expressa que “a empresa responde, perante o cliente, pela reparação de dano ou furto de veículo ocorridos em seu estacionamento”. Portanto, se você deixar o seu carro no estacionamento do supermercado, do banco ou do shopping e, quando voltar, ele tiver sido roubado ou sofrido algum dano, é seu direito exigir uma reparação pelo dano. É seu direito, mesmo que a empresa se recuse a ressarcir-lo do prejuízo. Vale a pena entrar na Justiça pedindo a reparação.

É bom saber

Cor, modelo ou tamanho não são motivos para troca de um produto. A loja só tem a obrigação de fazer a troca se houver defeito, ou se existir um termo por escrito (pode ser até na própria nota fiscal) com esse compromisso.

É bom saber II

O consumidor pode exigir a correção de seus dados em cadastros de proteção ao crédito, em um prazo de cinco dias, quando eles estiverem incorretos. É seu direito.

Você sabia que ...

... o prazo para reclamação sobre defeitos no produto ou na prestação de serviços é no máximo de 90 dias? Se for produto não durável (alimento ou vestuário) pode reclamar até 30 dias a contar da constatação do defeito e, em se tratando de produtos ou serviços duráveis (como automóveis), 90 dias. Fique alerta.

... quando há razão para a reclamação cabe ao consumidor optar pela substituição do produto por outro da mesma espécie e em perfeitas condições de uso; pela restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de indenização por perdas e danos; ou por um abatimento no preço. O mesmo se aplica aos casos de produtos que apresentarem irregularidades como a quantidade indicada na embalagem ou mensagem publicitária, ou quando deixarem de apresentar a qualidade prometida.

Você sabia que II...

... as cláusulas que limitam os direitos do consumidor devem aparecer sempre em destaque? Pois é, fique atento.

‘Roubo’ pessoal

Antes de fazer um “empréstimo pessoal” veja o percentual de juros que alguns bancos e financeiras praticam. O bom e prudente é reservar parte do décimo terceiro salário para liquidar débitos antigos e também se preparar para as despesas do começo do ano como IPVA, material escolar, etc. Os juros no Brasil são os maiores do mundo. Quem consegue pagar?

Responsabilidade

De quem é a responsabilidade quando um programa de computador dá proble-

ma quando já vem instalado? Do fabricante do computador ou de quem elaborou o programa? O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, órgão federal ligado à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, instaurou processo administrativo contra a Microsoft Informática porque ela vem se negando a prestar assistência técnica a produtos produzidos e comercializados pela empresa, especialmente no que diz respeito aos programas que já vêm previamente instalados no equipamento. Portanto, antes de comprar um computador procure saber se tem programas instalados. Afinal de contas, computador com programa dando defeito é a mesma coisa de não tê-lo.

TST aplica CDC e ordena devolução em dobro

A 7ª turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve condenação do Banco do Brasil à devolução em dobro de R\$ 11.459,55 descontados da conta de uma empregada, referentes a adiantamento emergencial pago durante afastamento por doença.

O colegiado entendeu que, ao realizar débitos diretamente na conta bancária, o banco atuou como instituição financeira, não como empregador — o que caracteriza relação de consumo e autoriza a aplicação do art. 42 do CDC.

STJ reconhece encerramento unilateral de conta

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), estabeleceu que bancos podem encerrar unilateralmente contas-correntes, desde que comuniquem previamente ao consumidor.

A decisão afasta a aplicação do art. 39, IX do CDC nessa situação, mas não elimina os deveres de boa-fé, transparência e informação — o “desinteresse comercial” não pode servir como justificativa para práticas abusivas ou discriminatórias.

Dano moral: cobrança reiterada de dívida

A 2ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal do Trabalho (TJDFT) manteve condenação do Banco Santander a indenizar consumidor em R\$ 2 mil por cobrança reiterada de débito inexistente, via e-mails. O colegiado destacou que a cobrança reiterada, desacompanhada de prova da contratação, viola os deveres de boa-fé objetiva e caracteriza prática abusiva.



Arnaldo Santtos
Psicólogo - CRP 15/4 132
(82) 9.9351-5851
Psicologia Clínica Atendimento Virtual
Atendimento Presencial



PEDRO OLIVEIRA

■ pedrojornalista@uol.com.br

**PARA REFLETIR - Se propaganda enganosa é crime, por que existe horário político?**

O círculo das oligarquias

Há sinais claros de que o alagoano deseja mudanças profundas em sua política. O problema é que ninguém parece disposto a abandonar voluntariamente o poder. Os nomes oferecidos ao eleitor são quase sempre os mesmos de todas as eleições. Quando um deles sai de cena, entra um filho, irmão, cônjuge ou herdeiro político. É o princípio da hereditariedade aplicado descaradamente à vida pública. Assim se mantém o círculo vicioso das oligarquias, alimentado pelo poder e pelo dinheiro. O povo deseja renovação, mas o sistema insiste em oferecer apenas continuidade.

.....

Política pequena

O jornalista Edivaldo Junior é da nossa safra de “veteranos”, bom de texto e de combate. Por conta da campanha odiosa local, foi injustamente atacado por colegas a serviço de políticos de oposição, colocando em xeque a sua atividade profissional, a mesma que os acusadores praticam, como contratados das coligações adversárias para desconstruir reputações. É legítimo ao jornalista manter contrato de assessoria com qualquer político, como também o é escolher, votar e até anunciar seus candidatos. Isenção é para magistrado.

Poder sem contrapeso

Alexandre de Moraes tornou-se o símbolo de um Judiciário que ultrapassa limites. Decisões monocráticas, censura e investigações intermináveis alimentam desconfianças. Nenhum ministro pode se considerar maior que a Constituição que jurou defender. Combater ameaças à democracia não autoriza ameaçar as garantias democráticas. Quando o juiz concentra poderes, o devido processo perde espaço e credibilidade. O silêncio dos tribunais e do Congresso apenas fortalece esse perigoso desequilíbrio. A democracia precisa de Justiça firme, mas jamais de magistrados sem contraponto.

O Supremo no palanque

André Mendonça chegou ao STF apresentado como um ministro “terrivelmente evangélico”. A definição já revelava a perigosa mistura entre religião, política e Justiça. Agora, suas decisões e manifestações são frequentemente interpretadas sob esse viés. Ministro do Supremo não pode agir como representante de governo, igreja ou ideologia. Quando cada magistrado recebe um rótulo político, a Constituição perde centralidade. O STF precisa pacificar o país, e não funcionar como extensão dos palanques eleitorais. Justiça partidarizada deixa de inspirar respeito e passa a alimentar desconfiança.

Tem prefeito

O prefeito **Rodrigo Cunha** não tem se descuidado da campanha de JHC ao governo de Alagoas. Reconhece seu papel de protagonista na busca de apoios e votos, mas não abandonou a responsabilidade de administrar Maceió. Tem procurado conciliar a agenda política com a gestão da capital, acompanhando obras, serviços e demandas da população. Campanha é importante, mas a cidade não pode parar. Até agora, Rodrigo demonstra compreender bem essa diferença.



Isso não é normal

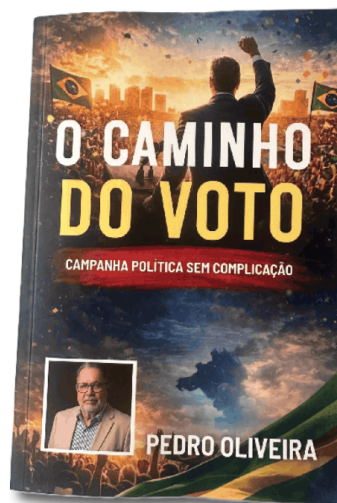
Quase três mil entidades subscreveram o manifesto liderado pela Fiesp. O documento exige transparência e uma mudança de postura dos ministros do STF. Não se trata de um protesto isolado nem de uma manifestação partidária. É o setor produtivo denunciando uma grave crise de confiança na mais alta Corte. Quando tamanha mobilização cobra explicações do Supremo, o sinal é preocupante. Os ministros precisam compreender que autoridade não significa ausência de limites. Definitivamente, isso não é normal, e o silêncio apenas agravará a crise.

Votação histórica

Arthur Lira caminha para conquistar uma votação histórica para o Senado em Alagoas. As pesquisas confirmam sua força e o colocam na liderança da disputa eleitoral. O tempo transformou o deputado em um dos políticos alagoanos de maior prestígio. Sua influência ultrapassou as fronteiras do estado e ganhou dimensão em Brasília. Presidiu a Câmara, ampliou alianças e levou recursos para inúmeros municípios. A resposta desse trabalho deverá aparecer nas urnas, com expressiva votação. Na política, como na vida, permanece uma regra antiga: quem planta, colhe.

Epa!

A eleição está posta. Os nomes irão mudar, mas Alagoas continuará a mesma. Por nossa opção.



MARAGOGI

FESTIVAL DA MARISCADA CHEGA AO SEGUNDO DIA COM SHOWS, CULTURA E TRADIÇÃO EM SÃO BENTO

Evento começou na sexta-feira e segue neste sábado com Kiko Chicabana, Heitor Santos e Wesley, o Rei da Farra



O Festival da Mariscada 2026 chega neste sábado (12) ao segundo dia de programação no Povoado São Bento, em Maragogi. Uma das festas tradicionais da localidade, o evento começou na sexta-feira (11) e segue até este domingo (13), reunindo música, cultura, gastronomia e atividades esportivas ligadas às tradições da comunidade.

Realizado pela Prefeitura de Maragogi, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, o festival integra o calendário de eventos do município e mantém como um de seus principais eixos a valorização da identidade cultural de São Bento, povoado historicamente ligado ao mar, à pesca e à coleta de mariscos.

A abertura da programação musical ocorreu na noite de sexta-feira, com shows de Ferrugem, Mara Pavanelly e Murilo Fernandys no palco principal. As apresentações deram início aos três dias de festa, que atraem moradores, turistas e visitantes de outras cidades da região.

Neste sábado, a programação musical começa às 21h30, com Kiko Chicabana, Heitor Santos e Wesley, o Rei da Farra. O segundo dia do festival também contará com apresentação de capoeira, incorporando à festa uma das manifestações culturais presentes na região.

No domingo (13), último dia da Mariscada, a programação tem início pela manhã e será dedicada também a atividades que resgatem costumes e práticas tradicionais de São Bento. Entre as atrações estão a tradicional catada de marisco, subida de coqueiro, corrida de jangadas e futebol de areia.

Ao longo do domingo também serão realizados futimesa e concursos culinários, entre eles o concurso de bolinho de goma, além de apresentação de dança do Grupo Cabanos. As atividades reforçam a proposta de manter a cultura e os costumes locais no centro da programação, indo além dos grandes shows musicais.

A relação de São Bento com o mar e a pesca é um dos principais elementos da Mariscada. Ao reunir

competições tradicionais, gastronomia, apresentações culturais e música, o festival busca preservar práticas transmitidas entre gerações e, ao mesmo tempo, movimentar o povoado durante os três dias de evento.

O prefeito de Maragogi, Daniel Vasconcelos, destaca a realização de mais uma edição do festival como uma oportunidade de celebrar as raízes de São Bento e fortalecer uma tradição que faz parte da história do município.

“A Mariscada é uma festa que tem a identidade do nosso povo e representa muito da nossa cultura e da nossa história. Estamos realizando uma grande edição, com atrações para toda a família e uma programação que valoriza as nossas tradições. Queremos que seja uma festa bonita, organizada e que todos possam aproveitar”, destacou o prefeito.

O Festival da Mariscada 2026 termina neste domingo com os últimos shows previstos a partir das 17h. Jonas Esticado, Pagode do Beat e O Polêmico comandam o encerramento da festa.

O perdão



**ALARI ROMARIZ
TORRES**

■ Aposentada da
Assembleia Legislativa

Tenho ouvido vários padres falando sobre o perdão. Cada dia acho mais difícil perdoar as pessoas que me feriram.

Outro dia, um irmão que é espírito me disse que perdoar faz bem à pessoa que foi ofendida. Quero crer nisso, mas meu coração reage de maneira diferente.

Muitas vezes você ajuda uma pessoa doente. Fica no hospital, acompanha nas quimioterapias. Acha que a criatura é sua amiga. Doce ilusão! Ela, a doente, se afasta de você por motivos fúteis e desaparece de sua vida.

No lado profissional, como tenho espírito preparado para o social, anfitrião inimigos e sou perseguida. O ataque é sempre no meu salário. Vou à justiça e normalmente ganho. Difícil é perdoar os perseguidores. Sempre espero pela lei do retorno. Acho que um dia ela chegará.

Como toda criatura humana tenho minhas preferências e não escondo isso. Alguns perguntam por que gosto mais de um parente do que de outro. E a resposta é constantemente a mesma: pela atenção que recebo do preferido ou da preferida.

Nas famílias grandes há pessoas diferentes. Quando ficamos velhos, precisamos de atenção dos mais novos e nem sempre conseguimos. Eu reclamo disso e minhas filhas discordam de mim. Aham que devo ficar calada. Impossível! Reclamo e valorizo mais os que nos procuram.

Imagino quando os velhos precisam dos mais novos! Vejo casos horrores onde os pais idosos são humilhados e até expulsos de casa. Eu e meu marido trabalhamos a vida toda. Hoje temos uma velhice tranquila sem depender de ninguém. Apenas gostamos de curtir os parentes e amigos que nos procuram.

Quando somos vítimas de injustiça e procuramos nossos direitos, escutamos alguns amigos dizerem: fique quieta e perdoe. Mas passamos meses sofrendo com as perseguições, chorando pelas madrugadas, perdendo noites de sono. Depois de tudo isso basta perdoar?

Tive uma assessora que trabalhou comigo durante muitos anos. Fiz o que pude por ela. Quando precisou de algo e eu não consegui virou inimiga e fala mal de mim por onde

anda. Devo perdoá-la?

Tive uma grande amiga que já se foi. Pedi a ela que ajudasse o irmão que estava desempregado. Ele trabalhou na firma que ela dirigia por vários anos. Pouco fazia, faltava muito e tinha regalias. Quando a irmã morreu, botou a empresa dela na justiça. Existe ingratidão maior? Merece perdão por ter denegrido a imagem da irmã?

Vejo muitas injustiças no serviço público. Tenho amigos que perderam o emprego e estão sofrendo, esquecidos pela opinião pública.

Em compensação, há algozes que continuam fazendo o mal e usando o dinheiro do povo. Nada acontece com eles, que continuam pisando nos pequeninos.

O Brasil está vivendo uma fase negra. A corrupção chegou ao Supremo Tribunal Federal, ao Congresso Nacional e à Presidência da República. Até agora, ninguém foi punido e pelo desenrolar dos acontecimentos, todos serão perdoados. Isso é justo?

Como vocês veem, meus leitores, a maldade existe em todo lugar: dentro da família, nas empresas públicas e até nas altas esferas do nosso país.

E eu pergunto a vocês: quem merece ser perdoado? Quem merece ser punido?

Só Deus saberá responder!

O Brasil está vivendo uma fase negra. A corrupção chegou ao Supremo Tribunal Federal, ao Congresso Nacional e à Presidência da República. Até agora, ninguém foi punido e pelo desenrolar dos acontecimentos, todos serão perdoados. Isso é justo?

**Informação de
qualidade? Começa na
banca. E com você.**

**Sábado
nas bancas**

R\$

5



SAÚDE

Exposição no Maceió Shopping integra programação pelos 175 anos da Santa Casa de Maceió

Mostra “175 Anos – Cuidado que Atravessa Gerações” será aberta na segunda-feira (14) e reúne histórias, imagens e momentos que ajudam a contar a trajetória da instituição

DA REDAÇÃO

A Santa Casa de Maceió abre, na próxima segunda-feira (14), às 18h, a exposição “175 Anos – Cuidado que Atravessa Gerações”, no Maceió Shopping. A mostra, que tem a curadoria da museóloga Carmen Lúcia Dantas, será a terceira ação da programação comemorativa pelos 175 anos da instituição e ficará aberta ao público até o dia 30 de setembro, em frente ao Kinoplex.

A exposição propõe um encontro entre passado e presente para mostrar como a história da Santa Casa também é construída pelas pessoas que passaram pela instituição ao longo de quase dois séculos. Fotografias antigas e atuais, depoimentos, marcos históricos e avanços da medicina fazem parte do percurso.

Um dos destaques será a Galeria das Gerações, com fotografias produzidas especialmente para a mostra. O espaço reúne histórias de pessoas e famílias que mantêm vínculos com a Santa Casa em diferentes gerações, aproximando profissionais,



Visitantes na gruta que fica dentro da Santa Casa de Maceió



Pinças do robô cirúrgico da Santa Casa de Maceió

pacientes e familiares que fazem parte dessa trajetória.

A mostra contará ainda com a Linha do Tempo Histórica, dedicada a momentos que marcaram os 175 anos da Santa Casa, desde a fundação e o crescimento da instituição até a expansão das unidades, os avanços tecnológicos e as conquistas na área da saúde.

Outro núcleo, a Galeria do Cuidado, valoriza quem ajudou e ainda ajuda a construir essa história. O espaço contempla colaboradores, médicos, residentes e outros profissionais, destacando vínculos construídos entre mestres e aprendizes e entre

diferentes gerações de trabalhadores da instituição.

Toda a exposição será conectada por uma linha do tempo inspirada na identidade visual da campanha dos 175 anos. Mais do que apresentar datas, a proposta é representar a continuidade do cuidado — de pais para filhos, de mestres para aprendizes e de profissionais para pacientes.

Programação — A exposição será a terceira ação da programação de aniversário. As comemorações começaram no dia 4 de setembro, com a inauguração das novas instalações da Santa Casa Farol. A segunda ação será o Circuito Santa Casa — 175 anos, neste

sábado (12), em Jaraguá, com caminhada e corridas de 5 km e 10 km, além da prova Kids.

Na segunda-feira (14), a abertura da exposição dá continuidade às celebrações, levando para um espaço de grande circulação parte da memória construída pela Santa Casa desde 1851 e as histórias das diferentes gerações que ajudaram a formar a instituição.

A programação comemorativa segue em setembro e inclui ainda a tradicional Missa de Ação de Graças, reunindo profissionais, médicos, parceiros e convidados em celebração aos 175 anos da Santa Casa de Maceió.

Justiça brasileira no banco dos réus



JORGE OLIVEIRA

■Jornalista, escritor e cineasta

Com o título “A Moraes cabe a renúncia”, a Folha de S. Paulo, um dos jornais mais influentes do Brasil, em editorial de hoje (02/09) pede a cabeça do ministro Alexandre de Moraes depois da revelação da Polícia Federal da sua cumplicidade com o banqueiro mafioso Daniel Vercaro, preso acusado da fraude financeira de mais de 50 bilhões de reais.

O editorial exige que o Senado Federal vote o pedido do processo de impeachment do ministro – que dorme na gaveta do presidente da Casa – caso ele não se disponha a renunciar.

Se Moraes não deixar o STF espontaneamente, é quase certo o seu impeachment em um Senado de maioria conservadora, presidido por um ex-vereador do Macapá, Davi Alcolumbre, também investigado no envolvimento das fraudes do banqueiro. Ele teria recebido de 30 milhões de dólares a troco de nada, só para não ficar de fora do esquema mafioso. Se não pautar o impeachment, Alcolumbre certamente será atropelado pelos fatos e corre o risco dele próprio ser coagido a renunciar à presidência do Senado.

Na verdade, desde a crise do presidente Floriano Peixoto, no início da República, que ameaçou fechar o STF

caso o tribunal emitisse ordem de habeas corpus a opositores do seu governo, patrocinado pelo jurista Rui Barbosa, o povo brasileiro não assistia, estupefato, tanto escândalo na sua principal corte de justiça.

Com a revelação da Polícia Federal de que Moraes não só sabia do acordo de 130 milhões de reais da sua esposa com Vercaro como ainda redigiu e supervisionou a minuta do contrato, a situação do ministro é agora insustentável dentro do STF que tem o seu colega de tribunal, André Mendonça, o terrivelmente evangélico, indicado pelo capitão Jair Bolsonaro, ex-presidente, no seu calcanhar querendo levar o caso ao plenário do tribunal.

Moraes também é acusado de conluio com o banqueiro. A PF tem gravação de Vercaro consultando o ministro quando se preparava para fugir do Brasil quando era iminente a sua prisão.

A PGR já se manifestou pela nulidade do relatório da PF que dedicou 188 páginas a Moraes das 200 da investigação, mas também está na corda bamba. A PF tem mensagens que comprometem o dono do Master com o procurador Paulo Gonet.

De conduta inquestionável, considerado um magistrado probo acima de qualquer suspeita ao levar para prisão os golpistas de 2023, liderados por Bolsonaro, agora Alexandre de Moraes prova do seu próprio veneno porque sua condição no STF fica insustentável caso as denúncias do seu envolvimento sejam provadas pela PF.

A justiça brasileira, inspirada, em parte, no sistema constitucional dos Estados Unidos, que permite ao presidente da República indicar os ministros da suprema corte, precisa ser revista para se adaptar aos novos tempos.

O Brasil atravessa uma crise sem precedente no poder judiciário com juízes envolvidos em corrupção, vendas de sentença, assédio sexual e um STF per-

manentemente exposto às críticas por envolvimento em corrupção para encobrir escândalos financeiros e políticos.

Juizes afastados continuam recebendo salário integral, como aconteceu recentemente com a juíza Gabriela Hardt, punida com a suspensão de dois anos pelo CNJ, que vai receber todo mês em casa 70 mil reais (11.800 euros) sem dar um muro numa broa durante 24 meses.

É imoral que um magistrado condenado pelo conselho de justiça recolha-se recebendo aposentadoria proporcional, enquanto o trabalhador brasileiro rala por mais de trinta anos para receber uns trocados, um salário mínimo de R\$ 1.621,00, o equivalente a pouco mais de 273 euros, quando se aposenta, que mal dá para o sustento e para os remédios.

Não é ético também, por exemplo, que parentes em primeiro grau de ministros do STF mantenham escritórios de advocacia defendendo ações milionárias de clientes nas cortes superiores. Um levantamento da BBC News Brasil identificou que os nomes de pelo menos doze parentes de oito ministros do STF apareceram como advogados em processos na Corte. São os ministros Dias Toffoli, Kassio Nunes Marques, Luiz Fux, Edson Fachin, Flavio Dino, Cristiano Zanin, Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes.

Recentemente, ministros do STJ foram alvos de denúncias de venda de sentença. Um deles extrapolou a conduta que se espera de um magistrado numa corte superior. Marco Buzzi, do STJ, foi expulso recentemente (06/09/26) do tribunal sob acusação de assédio sexual.

A degradação da justiça brasileira ocorre porque esses cargos, na maioria, são ocupados por indicações de políticos e por isso os tribunais estão lotados de juizes despreparados, vulneráveis à corrupção e à venda de sentença. Felizmente, países da Europa não adotaram o modelo norte-americano.



Loteria
Sorte Certa

BOLÃO

PELO WHATSAPP 

**Compre seu bolão
sem sair de casa!**

 **82 99302-0407**

 **Transação
segura**

 **100% online
e pratico**

 **Mais chances
em grupo**

CIDADE DE TODOS NÓS

SECOM MACEIÓ



‘Os mercados públicos têm uma função muito importante para a nossa cultura’, diz Rodrigo Cunha

Declaração foi feita durante entrega de permissões do Mercado Público do Benedito Bentes

SECOM MACEIÓ

“Os mercados públicos têm uma função muito importante para a nossa cultura, a nossa tradição, a nossa forma de viver e de ver a cidade”, disse o prefeito de Maceió, Rodrigo Cunha, durante o café da manhã e a entrega das permissões aos comerciantes, na sexta-feira da semana passada (4), no novo Mercado Público do Benedito Bentes, parte alta da capital.

Durante a solenidade, o prefeito destacou, ainda,

a importância de garantir condições adequadas para quem trabalha e ressaltou que a entrega dos documentos representa mais uma etapa para o funcionamento do equipamento.

“Os permissionários aqui do Mercado do Benedito Bentes receberam os documentos, e as portas estão abertas para receber a população. Eu sempre enxerguei isso, mas não sozinho. Ninguém faz nada sozinho. Eu já conhecia o mercado antes mesmo de ele abrir as portas. Antes de ser prefeito da cidade, fui

secretário de Infraestrutura e senador, e hoje estou dando continuidade a esse trabalho, dando a oportunidade para quem precisa trabalhar de ter um espaço digno e de qualidade. Não estamos entregando apenas documentos, estamos garantindo segurança para que os comerciantes possam trabalhar e garantir o sustento de suas famílias”, afirmou Rodrigo Cunha.

O equipamento foi construído pela Prefeitura de Maceió em uma área de 1.575,90 m² e tem capacidade para receber 112 permissionários,

com espaços para restaurantes e alimentação, confecções e utilidades, pescados e carnes, frutas e verduras, além de outros produtos e serviços. Os boxes e tarimbas possuem pia, balcão de mármore, forro de gesso e paredes revestidas de cerâmica, além de banheiros acessíveis, instalações separadas para comerciantes e clientes e jardim paisagístico.

A reconstrução do mercado integra um conjunto de ações realizadas pela Prefeitura de Maceió no bairro, que inclui o Parque Linear do Biu, Areninhas, a revitalização de praças e rotatórias, além de investimentos em saúde, educação, infraestrutura, mobilidade, proteção de encostas e habitação.

ECONOMIA EM PAUTA

■ Bruno Fernandes –
bruno-fs@outlook.com

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Subsídio ao diesel

O governo federal abriu crédito extraordinário de R\$ 6,6 bilhões para financiar subsídios à produção e à importação de combustíveis no país. A liberação dos recursos foi autorizada por medida provisória assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada no Diário Oficial da União. Do total, R\$ 5,6 bilhões serão destinados à subvenção econômica do óleo diesel de uso rodoviário, com o objetivo de compensar refinarias que concederam descontos desde maio dentro do programa criado para conter os preços dos combustíveis. Outros R\$ 998 milhões serão aplicados na produção e importação de derivados de petróleo, entre eles gasolina, querosene de aviação e gás liquefeito de petróleo. Os recursos ficarão vinculados ao Ministério de Minas e Energia, enquanto a execução e a fiscalização do programa caberão à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Rescisões atrasadas

Trabalhadores demitidos pela Casas Bahia em agosto relatam atraso no pagamento de verbas rescisórias, dificuldades para acessar benefícios e problemas financeiros após o desligamento. Levantamento divulgado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio reuniu relatos de 38 ex-funcionários de oito estados. Entre os entrevistados, 26 afirmaram possuir pendências relacionadas às rescisões, enquanto 12 disseram enfrentar dificuldades financeiras. Outros 12 relataram problemas envolvendo depósitos do FGTS ou o pagamento da multa de 40%, e dez informaram não conseguir acessar o seguro-desemprego. Segundo a entidade, as pendências permanecem sem solução para parte dos trabalhadores. Os depoimentos reunidos apontam consequências sobre despesas básicas, incluindo atraso no pagamento de contas, dívidas acumuladas e dificuldades para manter gastos com alimentação e moradia.

DIVULGAÇÃO



Novo calendário do Simples

Empresas que pretendem ingressar no Simples Nacional em 2027 terão de fazer a solicitação até 30 de setembro de 2026, substituindo o procedimento que tradicionalmente ocorria em janeiro. A mudança está relacionada à implementação da Reforma Tributária e à entrada da CBS e do IBS no sistema. Apesar da antecipação do pedido, a opção pelo regime somente terá validade a partir de 1º de janeiro de 2027. Durante este mês de setembro as empresas também deverão escolher se recolherão CBS e IBS pela guia única do Simples Nacional ou pelo regime regular, opção válida inicialmente para o primeiro semestre de 2027. Quem não fizer essa escolha terá os dois tributos incluídos no Simples durante o período. Empresas abertas entre outubro e dezembro de 2026 poderão optar pelo regime no momento da inscrição no CNPJ, com validade também para 2027. As regras destinadas ao MEI permanecem inalteradas.

MARCELO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL



PEXELS



Passagens mais caras

As passagens aéreas domésticas podem registrar aumento de 16,1% com a aplicação da CBS e do IBS previstos na Reforma Tributária, segundo estudo da Associação Latino-Americana e do Caribe de Transporte Aéreo. A projeção considera uma alíquota padrão de 26,5% e indica que a elevação dos preços poderia provocar queda de 21,1% na demanda por voos nacionais. Para viagens internacionais, a estimativa é de aumento de 13,3% nas tarifas. A associação avalia que uma redução no número de passageiros poderia levar as companhias a diminuir capacidade e desacelerar a expansão da malha aérea. O levantamento também aponta possíveis reflexos sobre o turismo e estima que, até 2036, a menor conectividade aérea poderia retirar US\$ 7,7 bilhões do PIB ligado a viagens e turismo, além de representar 360 mil postos de trabalho a menos no setor durante a próxima década.

Seu churrasco sem esquentar a cabeça

A **Pindorama** acaba de lançar seu álcool gel acendedor, ideal para iniciar o fogo de forma prática e segura em situações domésticas, de lazer ou trabalho em churrasqueiras, fornos e fogões a lenha, fogueiras, camping e também no uso comercial em restaurantes, pizzarias, entre outros.

O **Álcool Gel Acendedor Pindorama** facilita a combustão inicial eliminando o cheiro de fumaça, o perigo de respingo devido à sua consistência. Também é mais prático e seguro para armazenar e transportar.



A dificuldade para acender a brasa é coisa do passado.

COOPERATIVA
PINDORAMA
Ninguém é forte sozinho

cooperativapindorama.com.br



cooperativapindorama

RADAR LITERÁRIO



Literatura alagoana ganha espaço na Bienal do Livro de São Paulo

Títulos da Imprensa Oficial Graciliano Ramos que abordam as culturas afro-brasileira e indígena estão entre as publicações

DA REDAÇÃO

Um dos maiores eventos culturais da América Latina, a Bienal Internacional do Livro de São Paulo reúne centenas de editoras, nacionais e internacionais, autores consagrados e novos escritores, além, é claro, de leitores ávidos por conhecimento. E a vasta programação do encontro também contou com a participação de Alagoas, que esteve representada pela Imprensa Oficial Graciliano Ramos e a Editora da Universidade Estadual de Alagoas (Eduneal), por meio de publicações expostas no estande da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU). A Bienal de São Paulo segue até este domingo, dia 13, no Pavilhão de Exposições do Anhembi.

Entre as obras estão títulos da Coleção Palmar, voltada à valorização da história e cultura afro-brasileira. Integram a coleção *O Negro na Civilização Brasileira*, de Arthur Ramos; *Negócios da Escravidão*, de Luana Teixeira; e *Coleção Perseverança – Uma Etnografia do Processo de Patrimonialização*, de Maicon Marcante. Também integraram a seleção *Metamorfose das Oligarquias*, obra do alagoano Douglas Apratto que compõe a *Coleção Raízes*, e *Índigenas de Alagoas*.

Concebido através de registros de pesquisadores indígenas de diferentes regiões do estado, o livro *Índigenas de Alagoas* apresenta as 12 etnias presentes no território alagoano. A publicação aborda a história,



Curador da Bienal de Alagoas, professor Eraldo Ferraz, e a coordenadora da Imprensa Oficial, jornalista Clarice Maia

a cultura e as lutas dessas comunidades a partir de uma perspectiva construída pelos próprios povos indígenas.

Idealizado pelo professor Renildo Ribeiro de Siqueira, o livro foi desenvolvido em colaboração com José Adelson Lopes Peixoto, pesquisador indígena e também professor da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal). Conforme os organizadores, a obra reúne pesquisas desenvolvidas exclusivamente por colaboradores indígenas, garantindo, assim, que as histórias e experiências retratadas fossem apresentadas sob a ótica dos próprios povos.

Lançado durante a 11ª Bienal Internacional do Livro

de Alagoas, evento que superou a marca de 400 mil visitantes, o título ganha ainda mais relevância diante do tema escolhido para a próxima edição. Isso porque a 12ª edição da Bienal de Alagoas será realizada entre 27 de agosto e 5 de setembro de 2027, no Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso, em Maceió, com o tema “Mundos indígenas em (re)existência, atravessando fronteiras entre Brasil e Bolívia”.

“É uma satisfação muito grande ver o trabalho da Imprensa Oficial na Bienal Internacional do Livro de São Paulo, que reúne centenas de editoras. Estamos muito felizes pela oportunidade de participar de um dos maiores festivais do

país, um evento gigantesco e que permite essa troca de experiências. Esse momento, portanto, é muito importante para todos nós, especialmente àqueles que fazem a produção literária em nosso estado”, destaca a coordenadora editorial da Imprensa Oficial Graciliano Ramos, Clarice Maia.

Metamorfose das Oligarquias, *Índigenas de Alagoas* e todos os títulos da Coleção Palmar podem ser adquiridos na sede da Imprensa Oficial, localizada à Avenida Fernandes Lima, s/n, bairro Gruta de Lourdes, em Maceió. Outra opção é acessar o site www.livrariagracilianoramos.com.br.



FERNANDO CALMON ■ JORNALISTA

Filiadas à Anfavea não conseguem capturar todo o crescimento de vendas

A pesar de agosto último apresentar bons resultados — média diária de vendas 13,1 mil unidades foi a segunda melhor do ano, atrás apenas de maio, com 13,7 mil/dia — Igor Calvet, presidente da Anfavea, destacou o avanço dos importados e a perda de participação dos veículos nacionais. Ele sinalizou que nos primeiros oito meses deste ano as vendas apontaram um bom crescimento de 18,4%, porém a produção cresceu apenas 8,5%. “Não estamos capturando todo o crescimento do mercado”, acrescentou.

De janeiro a agosto deste ano a comercialização de modelos importados de automóveis e comerciais leves avançou 30,3%, enquanto os de produção nacional somente 17,2%. Calvet informou que dos 148 mil veículos adicionais, apenas 47 mil foram efetivamente

produzidos no Brasil. Dos restantes 101 mil, a grande maioria da China prontos, parcialmente (SKD) ou totalmente desmontados (CKD) e, portanto, não agregaram conteúdo local importante. Entre os 10 modelos mais vendidos no mês passado, três já eram chineses, sendo um importado e os outros dois com índices simbólicos de peças brasileiras como pneus e vidros. O executivo não fez projeções sobre até que nível modelos chineses poderão avançar.

Um ponto relevante é que, a partir de janeiro próximo, todos os veículos elétricos importados, mesmo CKD e SKD, estarão sujeitos aos 35% de imposto de importação (I.I.) estabelecidos desde a década de 1990. Contudo, ainda há um estoque elevado de modelos elétricos da BYD que chegaram isentos de I.I.

No exterior, incentivo fiscal tem um valor fixo na moeda local e muito inferior ao praticado no Brasil (ler adiante sobre o Canadá, onde os elétricos claudicam). Além disso, exportações chinesas para a Argentina também deslocaram veículos brasileiros no país vizinho.

Mesmo com avanço importante de carros elétricos e híbridos no mercado nacional de automóveis e comerciais leves (juntos 94%, sobrando 1% para ônibus e 5% para caminhões), sua participação permanece muito baixa nas vendas de janeiro a agosto. Apesar de percentuais de crescimento elevados enganosos por “capricho” matemático que levam a “comemorações”, confira o panorama: gasolina, 2,7%; etanol, 0,1%; híbridos, 5,9%; híbridos plugáveis, 6,1%; elétricos, 7,6%; flex, 68,3%; diesel, 9,2%.

Consultor aponta eventuais fraquezas da onda chinesa

O engenheiro mecânico Milad Kalume Neto trabalhou por quase 23 anos na Jato Dynamics do Brasil, consultoria especializada na coleta e análise de dados sobre emplacamentos, preços e especificações de veículos em mais de 55 países. Ao sair, fundou em 2025 sua própria empresa, a K.LUME Consultoria, em sociedade com Máia Martins, voltada para dados e análises estratégicas do setor automobilístico. Objetiva fornecer informações importantes para fabricantes, concessionárias, comerciantes, locadoras e outros segmentos que gravitam em torno da indústria.

No seu mais recente artigo levantou questões pertinentes, também já abordadas por esta coluna, sobre o crescimento muito rápido de 16 marcas chinesas no Brasil (contudo podem subir para 18 ou 19, segundo outras fontes), incluídas as submarcas que exploram quase todas as fatias do mercado brasileiro. Só as picapes compactas, a exemplo de Strada, Saveiro e Montana, ainda não enfrentam concorrência direta. Kalume lembrou, com razão, que o carro chinês vendeu bem, mas agora precisa envelhecer bem.

Advertiu sobre a guerra de preços na China, pelo excesso de capacidade instalada. Isso levou o governo central, nada democrático, a ordenar a exportação a qualquer custo e, além disso, a uma pressão relevante sobre as marcas aqui já instaladas.

Kalume aponta três cenários de 2026 a 2032. No primeiro, claramente em curso, as chinesas ganham participação aqui de forma acelerada. No segundo, enquanto algumas marcas se consolidam, outras permanecem marginais ou desistem do Brasil. No terceiro, pode haver retração de determinadas operações.

No cenário central, na visão da K. LUME, “a participação das marcas de DNA chinês poderia alcançar entre 33% e 36% do mercado brasileiro em 2032, ou aproximadamente um em cada três veículos vendidos. A principal questão, portanto, não será quantas marcas chinesas ainda chegarão, mas quantas conseguirão permanecer, crescer e transformar vendas em confiança de longo prazo”.

Elétricos têm recuo de vendas também no Canadá

Apesar do retorno de subsídios do governo federal, como o Programa de Acessibilidade a Veículos Elétricos, as vendas no Canadá desse tipo de veículo enfrentam dificuldades para se firmar. Isso acontece em razão de obstáculos econômicos e estruturais que continuam a desestimular a demanda em um país com forte reputação global associada à preservação ambiental.

Entre as causas estão os preços persistentemente elevados, mesmo com a volta do subsídio de 5.000 dólares canadenses para os modelos 100% elétricos. Os valores de preços sugeridos permanecem altos para muitas famílias de classe média, apesar de o país ter uma renda anual per capita robusta: US\$ 56.000, cerca de cinco vezes maior que o Brasil. Porém, outro fator que gerou insegurança foi a retirada de subsídios anteriores e isso desestimulou potenciais compradores.

A flexibilização, por parte do governo canadense, das rígidas metas de vendas obrigatórias de veículos elétricos gerou sinais contraditórios tanto para os consumidores quanto para os fabricantes acerca de perspectivas de longo prazo. Além disso, permanecem fatores desestimulantes. Estações de carregamento públicas são escassas, distribuídas de forma desigual e frequentemente pouco confiáveis, principalmente fora dos grandes centros urbanos.

Alcance desvantajoso dos elétricos em viagens longas somam-se às questões relativas ao desempenho da bateria nos rigorosos invernos canadenses. Tudo isso tende a dissuadir os compradores em geral. Esse cenário levou os fabricantes a reduzir ou adiar investimentos para produção de automóveis elétricos e também fábricas de baterias para o mercado interno.

Teste: H6 HEV2 destaca-se entre os híbridos

O SUV da GWM manteve sua liderança entre os híbridos plenos e foi o décimo na classificação geral no mês de agosto com 6.151 unidades vendidas. Com a vantagem da produção em Iracemápolis (SP), o H6 já dispõe de uma versão flex, mas a unidade testada era a gasolina. A grade do radiador melhorou em termos estéticos e faróis de neblina deram lugar aos de LED de longa distância. Rodas de liga leve agora são pintadas de preto.

Dimensões (mm): comprimento, 4.703; entre-eixos, 2.738; largura, 1.886 (2.100 com espelhos); altura, 1.730. Volumes (L): porta-malas, 560; tanque, 61. Massa: 1.699 kg. Híbrido pleno. Motor 4-cilindros, gasolina, 1,5 L; potência 150 cv; torque 24,5 kgf m. Motor elétrico: 177 cv; torque 30,6 kgf m; Potência combinada: 243 cv; Torque combinado, 55 kgf m; Consumo (Inmetro km/L, cidade/estrada): 14,7/11,4. Alcance (Inmetro km, cidade/estrada): 358/428. Tração dianteira. Câmbio automático híbrido DHT, duas marchas. Aceleração 0 a 100 km/h (s): 7,9.

No interior, maior destaque é a tela multimídia que agora cresceu para 14,6 pol. como em todos os modelos chineses deste porte. Há um novo volante com aro mais grosso e a alavanca de seleção de movimento e P passou para atrás do volante. Além de Android Auto e Apple CarPlay, o quadro de instrumentos espelha o mapa de percurso, o que evita desviar o olhar para a tela central. Atrás, acomodado bem três adultos e o assolhado quase plano. Destaque para o volume do porta-malas que conta com abertura elétrica.

A dirigibilidade melhorou com os novos amortecedores e batentes nas suspensões (aprenderam rápido com os engenheiros brasileiros...). No uso urbano, em baixa velocidade, só o motor elétrico atua. Todavia com 1,7 tonelada de massa do SUV o motor térmico logo entra em ação para melhor desempenho. Pormenor interessante: ao ultrapassar caminhões afasta automaticamente o carro em 30 cm. Ainda muito bom é a chave com função pânico (dispara a buzina).

Preço: R\$ 224.000.

RESENHA ESPORTIVA

ARTHUR FONTES
arthurfontes425@gmail.com

Ancelotti convoca 26 jogadores para amistosos após a Copa

RAFAEL RIBEIRO/CFB



Carlo Ancelotti convocou 26 jogadores para os primeiros amistosos da Seleção Brasileira após a Copa do Mundo, com dez atletas que atuam no futebol brasileiro. A lista reúne nomes como Endrick, Estêvão, Vinícius Júnior, Raphinha, Pedro, Samuel Lino, Bruno Guimarães e Marquinhos, além de jovens como Rayan, Gabriel Bontempo e Breno Bidon. Na avaliação desta lista, Ancelotti aposta em uma combinação de jogadores experientes e novos nomes para iniciar o próximo ciclo da Seleção. O Brasil enfrentará a Austrália em duas partidas e fará seu primeiro jogo da história contra a Índia.

INSTAGRAM

SANTOS AVANÇA POR CEBOLINHA E
AVALIA CONTRATAÇÃO COUTINHO

O Santos está próximo de contratar Everton Cebolinha, de 30 anos, em uma negociação que está avançada e pode representar uma aposta do clube em um jogador experiente e com passagem pela Seleção Brasileira. Revelado pelo Grêmio, o atacante chegou a negociar seu retorno ao clube gaúcho, mas o acordo não avançou. No Flamengo, vinha sendo pouco utilizado e disputou 12 partidas pelo Campeonato Brasileiro, com um gol e duas assistências, segundo o site Ogol. Cebolinha foi campeão da Copa América de 2019 e teve destaque na competição. A negociação é conduzida pelo presidente Marcelo Teixeira e pelo executivo Alexandre Mattos. O Santos também avalia a contratação de Philippe Coutinho, de 34 anos, a pedido de Neymar. O meia, que passou por Barcelona, Liverpool e Bayern de Munique, está sem clube desde fevereiro, quando deixou o Vasco. Durante cerca de dois anos no clube carioca, marcou 17 gols e chegou à final da Copa do Brasil, perda para o Corinthians.

CRB VACILA E SAI DO G6

ASCOM CRB



O CRB teve uma noite para esquecer diante do Operário-PR e deixou o G-6 da Série B após perder por 3 a 0, no Estádio Germano Krüger, em Ponta Grossa. O início foi complicado para o time alagoano, que ficou com um jogador a menos aos nove minutos de partida após uma expulsão. Mesmo com o gramado pesado e encharcado pela forte chuva que atingiu a região, o CRB conseguiu equilibrar o confronto em alguns momentos, mas não resistiu ao cenário adverso. Moraes Júnior, Vinícius Diniz e Caio Dantas marcaram os gols do Operário. O resultado teve impacto direto na classificação, já que o time paranaense ultrapassou o CRB e assumiu a sexta posição, com 43 pontos. O Galo caiu duas posições e agora ocupa o oitavo lugar, com 42 pontos. O resultado aumenta a pressão sobre a equipe alagoana na reta final da competição, especialmente pela disputa por uma vaga no grupo de acesso. O CRB volta a campo na próxima terça-feira, contra o Sport, às 21h, no Estádio Rei Pelé, em Maceió. Já o Operário enfrenta o Náutico, às 19h30, nos Afritos.

FLAMENGO CONCORRE
A PRÊMIO DE MELHOR
CLUBE DO MUNDO

GEMINI-IA



O Flamengo ganhou mais um motivo para comemorar após assumir a liderança do Campeonato Brasileiro: está entre os indicados ao prêmio de melhor clube do mundo da Bola de Ouro 2026. Atual campeão da Libertadores e do Brasileiro, o time comandado por Leonardo Jardim concorre com Paris Saint-Germain, Arsenal, Bayern de Munique e Bodo/Glimt, surpresa da lista. A cerimônia está marcada para 26 de outubro, em Londres, e o Flamengo é o único representante fora da Europa. A indicação reconhece o desempenho do clube nos últimos anos, especialmente após as conquistas sob o comando de Filipe Luís, atualmente no Monaco. Em seis anos, o Rubro-Negro conquistou três títulos da Libertadores, em 2019, 2022 e 2025, além de títulos estaduais. Líder do Brasileiro, o Flamengo também chega às quartas de final da Libertadores contra o Independiente del Valle, com o segundo jogo marcado para o Maracanã. Diante desse cenário, a presença entre os indicados parece refletir o momento de protagonismo vivido pelo clube no futebol brasileiro e sul-americano.

ABCDO INTERIOR

■ robertobaiabarros@hotmail.com



Defesa das mulheres

Durante encontro realizado na última quarta-feira, 9, em Arapiraca, o candidato a deputado estadual Lucas Barbosa (PSDB) afirmou que pretende dedicar seu futuro mandato às mulheres de Arapiraca e de outras regiões de Alagoas. O evento reuniu centenas de mulheres e contou com a participação do prefeito Luciano Barbosa e do deputado federal Arthur Lira, candidato ao Senado. Na ocasião, Lucas destacou propostas relacionadas à proteção, valorização e combate à violência contra a mulher.



Autonomia feminina

Lucas também defendeu ações voltadas à independência financeira das mulheres, com incentivo ao trabalho, à qualificação profissional, ao empreendedorismo e à geração de renda. Segundo o candidato, ampliar as oportunidades pode ajudar as mulheres a conquistarem mais autonomia e liberdade para tomar suas próprias decisões. Ele também afirmou que pretende trabalhar pela conscientização dos homens e pelo respeito às mulheres.

Agenda ampliada

O tema já havia sido discutido na terça-feira, 8, durante um encontro com mulheres empreendedoras de Arapiraca, organizado pela empresária Lari Canuto. As participantes compartilharam experiências e apresentaram demandas relacionadas aos negócios. Lucas afirmou que pretende levar para a Assembleia Legislativa uma atuação voltada à proteção, prevenção da violência, autonomia financeira e participação feminina nas decisões públicas.

Decisão unânime

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) rejeitou, por unanimidade, a ação que poderia levar à cassação dos diplomas do prefeito de Maribondo, Bruno Teixeira (PSB), e do vice-prefeito Ubiratan Nunes. O julgamento ocorreu na última terça-feira, 8, e terminou com placar de 7 votos a 0. Com a decisão, a chapa eleita em 2024 permanece nos cargos e os dois gestores seguem no exercício do mandato.

Ação eleitoral

O processo foi apresentado pela coligação "Competência para Continuar", que questionava a realização de eventos durante o período de pré-campanha. A acusação apontava possível abuso de poder econômico por parte da chapa. O tribunal analisou o caso e decidiu rejeitar a ação. Com isso, decisão anterior de primeira instância foi derrubada e os diplomas de Bruno Teixeira e Ubiratan Nunes foram mantidos pela Justiça Eleitoral.

Mandato mantido

Bruno Teixeira foi eleito prefeito de Maribondo em 2024 com 5.081 votos, enquanto o segundo colocado recebeu 3.927 votos. A votação foi apontada como a maior já registrada em uma eleição municipal no município. Segundo a defesa, o processo julgado pelo TRE-AL era o último em tramitação com pedido de cassação contra a chapa. Com o resultado, prefeito e vice continuam normalmente nos cargos.

Greve em Alagoas

Os funcionários da Caixa Econômica Federal em Alagoas iniciaram uma greve na quinta-feira, 10, após rejeitarem a proposta apresentada pelo banco durante a Campanha Nacional dos Bancários 2026. A decisão foi tomada nas assembleias realizadas nos dias 3 e 4 de setembro. Entre os empregados que participaram da votação, 95,56% foram contrários ao acordo. Com o resultado, a categoria aprovou a paralisação das atividades no estado. O movimento ocorre em meio às negociações entre os trabalhadores e a instituição financeira.

Impasse continua

No Banco do Brasil, 61,10% dos bancários alagoanos também rejeitaram a proposta apresentada pela instituição. Apesar do resultado, os trabalhadores decidiram tentar uma nova rodada de negociações antes de iniciar uma greve. O Sindicato dos Bancários de Alagoas e a Contraf devem solicitar a retomada das conversas para buscar um acordo. A intenção é avançar nas reivindicações apresentadas pela categoria durante a campanha. Caso não haja entendimento, uma nova paralisação poderá ser discutida pelos trabalhadores.

Acordos aprovados

Entre os bancos privados, a proposta da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) foi aprovada por 69,81% dos trabalhadores que participaram da votação. No Banco do Nordeste, o acordo recebeu 76,56% de aprovação. Com isso, a greve em Alagoas fica, neste momento, restrita aos funcionários da Caixa. Já os bancários do Banco do Brasil seguem trabalhando enquanto aguardam uma nova tentativa de negociação com a instituição. O resultado mantém diferentes cenários entre os bancos que participaram da campanha salarial.

Delmiro Gouveia

A Justiça de Alagoas determinou que o policial civil Gildate Góes Moraes Sobrinho seja submetido a exame médico-legal para verificar se ele apresentava alguma alteração mental quando os policiais Denivaldo Jardel Lira Moraes e Yago Gomes Pereira foram assassinados, em Delmiro Gouveia. A decisão da 1ª Vara de Delmiro Gouveia atende a um pedido da defesa e considera relatos de mudança repentina de comportamento, além de um relatório da Polícia Civil que levantou a possibilidade de um surto psicótico após consumo de álcool.

PELO INTERIOR

... A FESUPER retornou oficialmente a Arapiraca com sua 24ª edição, reunindo mais de 80 expositores e destacando o potencial econômico do município para o setor supermercadista de Alagoas.

... Durante o lançamento, autoridades e empresários ressaltaram iniciativas de crédito, empreendedorismo, qualificação e valorização dos produtos alagoanos, além da importância de fortalecer os negócios no interior do estado.

... Ao encerrar a solenidade, foi confirmado que Arapiraca também sediará a FESUPER em 2027. O anúncio reforça a posição do município como polo de negócios e desenvolvimento econômico no interior de Alagoas.

... Girau do Ponciano realiza, nos dias 12 e 13 de setembro, a 62ª Festa do Vaqueiro, reunindo cavaleiros, Amazonas e moradores em uma celebração da cultura nordestina. A programação inclui a tradicional Missa do Vaqueiro, aboios e shows.

... No dia 13, a pega de boi começa às 7h, com R\$ 170 mil em prêmios. A programação musical segue à tarde com Ademir e Banda, Danielzinho, Marquinhos Viana, Henrique e Banda e Banda Renascer.

... A festa acontece no Serrote do Japão e também homenageia Epitácio Rodrigues, o Yoyô do Japão, referência da vaquejada em Alagoas. O evento conta com apoio da Prefeitura de Girau do Ponciano e de parlamentares.

... As inscrições para o concurso da Polícia Militar de Alagoas serão reabertas na próxima segunda-feira, 14, com 1.060 vagas para soldado e oficial de Estado-Maior. O prazo segue até 16 de outubro, pelo site do Cebraspe.

... São 30 vagas imediatas e 30 para cadastro de reserva para oficial, além de 500 vagas imediatas e 500 para cadastro de reserva para soldado. O novo edital também reserva 5% das oportunidades para pessoas com deficiência.

... As provas objetiva e discursiva estão previstas para 17 de janeiro de 2027, com locais de aplicação disponíveis a partir de 30 de dezembro. O edital atualizado também mantém limite de idade de até 30 anos para candidatos em geral, com regras específicas para militares estaduais.

... Desejamos aos leitores um ótimo fim de semana. Até a próxima edição!

MEIO AMBIENTE

José Fernando Martins

josefernandomartins@gmail.com



Extinção

A Bacia Amazônica abriga mais de 2,7 mil espécies de peixes de água doce, cerca de 15% de todas as espécies conhecidas no mundo. Aproximadamente dois terços delas são encontradas exclusivamente na região. Os dados fazem parte da quarta edição do relatório Peixes Esquecidos da Amazônia, liderado pela The Nature Conservancy (TNC), que reúne informações de mais de 50 especialistas de 30 organizações. Segundo os autores, a Amazônia é uma das últimas grandes bacias hidrográficas do mundo em que ainda é possível evitar uma perda de biodiversidade em larga escala e manter extensos sistemas de rios conectados. Para isso, porém, é preciso intensificar as ações antes que sejam necessários processos de restauração mais complexos e caros, explica a cientista da TNC e autora principal do relatório, Fernanda Silva. “Em todo o mundo, os esforços de conservação estão cada vez mais voltados à restauração dos ecossistemas depois que os danos já ocorreram. A Amazônia ofe-

ILUSTRAÇÃO TNC



rece uma oportunidade diferente: proteger um sistema de água doce de importância global enquanto ele ainda está em pleno funcionamento”, disse Fernanda.

ANDRÉ VILLAS BOAS



Indígenas

No Dia da Amazônia, comemorado no sábado passado (5), especialistas destacaram a urgência de investimento na restauração de terras degradadas em territórios indígenas, o que significa ir além do plantio de árvores ou da recomposição da vegetação perdida. A recuperação pode proteger nascentes, aumentar a segurança alimentar, trazer de volta espécies usadas pelas comunidades, fortalecer conhecimentos tradicionais e gerar renda. A discussão ganha mais importância no momento em que o Brasil amplia suas metas de recuperação de áreas degradadas. Durante a 17ª Conferência das Nações Unidas de Combate à Desertificação (COP17), realizada em Ulaanbaatar, na Mongólia, o país apresentou o compromisso de restaurar mais de 163 mil quilômetros quadrados até 2030. Dados do TerraClass de 2022 indicam que as terras indígenas da Amazônia concentram 952,3 mil hectares de áreas degradadas, predominantemente ocupadas por pastagens. Outros 24,4 mil hectares estão destinados à agricultura e 18,9 mil hectares à mineração.

Direito à infância

O direito de crianças e adolescentes ao meio ambiente, “com prioridade absoluta”, é o que determina o chamado ECA Ambiental, projeto aprovado pelo Senado no último dia 2. O texto aguarda a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entre outros pontos, o projeto prevê o direito da criança e do adolescente à natureza, inclusive a áreas naturais saudáveis, o brincar livre em contato com ambientes naturais, a educação baseada na natureza e a participação na defesa, conservação e recuperação ambiental. De autoria da deputada federal Laura Carneiro (PSD-RJ), o Projeto de Lei (PL) 2.225/2024 modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938, de 1981). No primeiro caso, a alteração é para definir como dever da família, da sociedade e do Estado a efetivação do contato com o meio natural para crianças e adolescentes. Em relação à política nacional, o texto inclui o direito da infância ao meio ambiente equilibrado entre seus princípios.

TÂNIA REGO/AGÊNCIA BRASIL



LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL



Polêmica

O projeto de lei (PL) que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, aprovado no Senado, foi elogiado pelas mineradoras que atuam no Brasil, mas criticado por municípios que sediam atividades de mineração no país. O texto prevê até R\$ 7 bilhões em incentivos governamentais para projetos relacionados a esses minerais. Entre as novidades, está a criação de um fundo para financiar projetos por meio de contribuições privadas e aporte de R\$ 2 bilhões da União; o estabelecimento de um conselho, com maioria de representantes do governo, para homologar mudanças no controle societário de empresas do setor e determinadas operações internacionais; e um programa de benefícios fiscais de até R\$ 5 bilhões. O PL 2780 de 2024, relatado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), foi aprovado sem alterações de mérito em relação ao texto da Câmara e segue agora para sanção presidencial. Aprovado em votação simbólica, o texto era uma das prioridades do governo, que sustenta que a matéria contribui para desenvolver a economia dos minerais críticos no Brasil. O PL teve apoio também da oposição, como expressou o líder do PP no Senado, Tereza Cristina (MS). “Esse projeto não é um projeto de governo, isso é um projeto de Estado. É um projeto que, com certeza, poderá trazer prosperidade e muitas oportunidades para os brasileiros”, disse a senadora da oposição.

CULTURA EM FOCO

AGNES TORRES
agnest Almeida@gmail.com

Cultura e cidadania

Entender a relação entre cultura e cidadania é o primeiro passo para compreender como as pessoas se reconhecem no mundo e exercem sua capacidade de transformar a realidade. A cultura não se limita a ir ao cinema nos fins de semana ou a visitar museus; ela engloba a maneira como vivemos, nos expressamos, criamos vínculos e pensamos. Tratar o acesso cultural como um direito é indispensável para construir uma sociedade crítica, justa e verdadeiramente democrática.

Para aprofundar essa reflexão, vale destacar que o artigo 215 da Constituição Federal brasileira e o artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelecem de forma categórica que a cultura é um direito inalienável de todos os cidadãos. Quando o cultivo e a valorização cultural são integrados ao cotidiano social, a própria prática de cidadania ganha força.

O que é cultura?

Cultura é tudo aquilo que os seres humanos criam e adicionam ao mundo por meio do seu trabalho, da sua imaginação e do seu convívio diário. Como ensina o educador Paulo Freire, a cultura não pertence apenas aos livros clássicos ou aos grandes pintores das galerias; o boneco de barro moldado por um artesão popular é tão cultura quanto a escultura de um artista renomado.

Sob essa perspectiva, a cultura se manifesta na cotidianidade — o cenário onde ocorrem as experiências concretas do dia a dia e onde se constroem as relações, comportamentos e valores. Nós não somos apenas produtos passivos das estruturas sociais que nos cercam, mas sim sujeitos socioculturais capazes de reinterpretar o mundo. A cultura, portanto, é um processo permanente e dinâmico de construção, desconstrução e reconstrução contínua da vida em comunidade.

Cultura popular

A cultura popular vai muito além do folclore ou de tradições do passado; ela é uma ferramenta viva de resistência cotidiana contra a dominação e as desigualdades. A filósofa Marilena Chauí explica que as manifestações criadas pelas camadas populares não são ultrapassadas ou inferiores. Elas representam a maneira como os grupos sociais reagem às dificuldades, preservam sua identidade, reconstróem sua história e dizem ao mundo quem são e no que acreditam. Essa resistência sociocultural nasce da necessidade de emancipação e de afirmação de identidade. Em uma formação histórica frequentemente marcada por desigualdades, a cultura popular atua como uma estratégia viva de existência e ressignificação do espaço. As camadas populares não recebem passivamente o que lhes é imposto; elas reconfiguram a arte, os ritos e a música para transformar o meio em que vivem e garantir que suas memórias não sejam apagadas.



Por que a cultura não é algo secundário?

Com frequência, o poder público e a sociedade tratam a cultura como algo secundário ou como mero lazer descartável, dando prioridade apenas a áreas como saúde e transporte. No entanto, a cultura é uma necessidade básica para a dignidade humana e para o desenvolvimento das pessoas. Chauí alerta que, quando o Estado abandona o dever de garantir os direitos culturais, a arte passa a ser vendida como mercadoria, transformando o que deveria ser um direito de todos em um privilégio exclusivo de quem pode pagar. Os orçamentos públicos revelam essa desvalorização histórica, destinando percentuais irrisórios para a área cultural. Além disso, em um modelo de mercado, a produção artística muitas vezes se reduz ao patrocínio corporativo, transformando obras em marcas comerciais. Opor-se a essa lógica significa defender que a cultura possui o mesmo valor fundamental que a saúde e a educação para o pleno exercício da vida democrática.

Políticas integradas

Para que a cultura fortaleça a cidadania, ela precisa ser tratada de forma integrada às demais políticas públicas — como educação, habitação e assistência social —, e não como um setor isolado. Superar a gestão setorial e centralizada é urgente para adotar uma perspectiva interseccional, na qual as políticas sociais dialoguem diretamente com as realidades e necessidades dos territórios locais.

Diversidade cultural

Uma democracia real precisa acolher e valorizar a diversidade de vozes, origens e identidades que formam o país. O sociólogo Boaventura de Sousa Santos traduz esse desafio com clareza ao afirmar que temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza, mas temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. Promover a diversidade cultural significa combater o preconceito e garantir que todos tenham espaço e voz na sociedade.

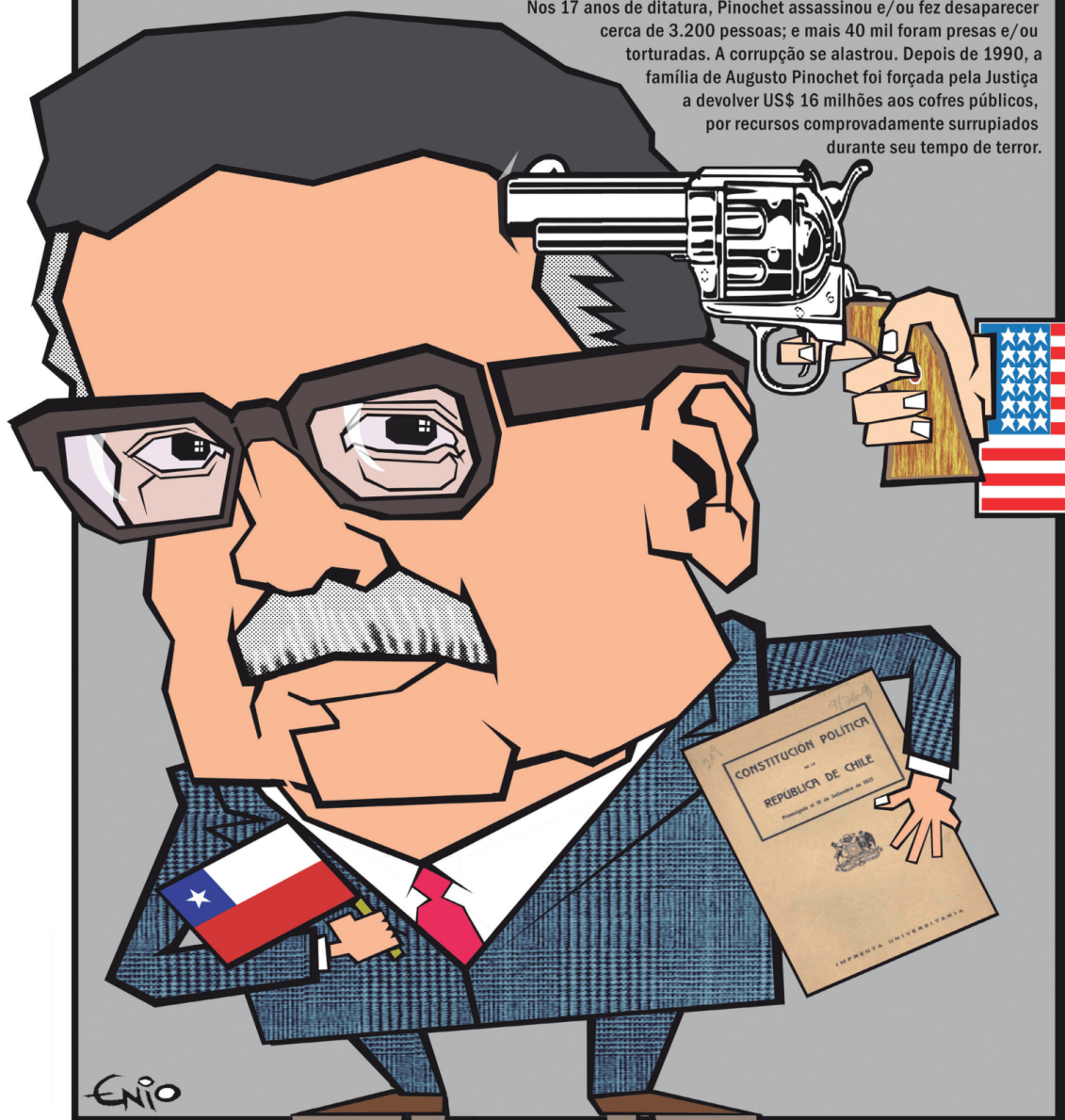
Cidadania cultural

Alargar o conceito de cultura significa, em última análise, ampliar também o próprio entendimento de cidadania. O cidadão não é apenas aquele que vota, trabalha ou acessa determinados serviços. É também quem pode participar da vida cultural, produzir sentidos sobre seu território e ter sua identidade reconhecida. Essa perspectiva coloca a cultura no centro de uma questão maior: a construção de uma sociedade democrática precisa garantir não apenas o direito de viver, mas também o direito de criar, expressar, participar e pertencer. Cultura, nesse sentido, não está à margem da sociedade. Ela está no modo como a sociedade se reconhece, se questiona e constrói seus próprios caminhos.

**SETEMBRO
NA HISTÓRIA**

Em 11 de setembro de 1973, SALVADOR ALLENDE, presidente do Chile, morre, vítima de um golpe militar. Allende era médico e se definia como "marxista democrático". Seu governo foi alvo da subversão estadunidense. Um primeiro golpe militar, batizado como "El Tanquetazo", foi tentado em 29 de junho de 1973 e derrotado, mas o presidente chileno recusou a proposta de seu leal comandante do Exército, general Carlos Prats, de punir os golpistas. Talvez ele considerasse que "tentativa não é crime"... Prats foi afastado do cargo e o general Augusto Pinochet nomeado pelo presidente para "pacificar os quartéis". Pinochet deu o golpe e Allende foi um dos primeiros a morrer. Prats foi assassinado, juntamente com a esposa Sofia, no exílio em Buenos Ayres.

Nos 17 anos de ditadura, Pinochet assassinou e/ou fez desaparecer cerca de 3.200 pessoas; e mais 40 mil foram presas e/ou torturadas. A corrupção se alastrou. Depois de 1990, a família de Augusto Pinochet foi forçada pela Justiça a devolver US\$ 16 milhões aos cofres públicos, por recursos comprovadamente surrupiados durante seu tempo de terror.



@enio.cartum